

# *Bracara Augusta* no Baixo Império e na Antiguidade Tardia. Uma primeira interpretação

Francisco Sande Lemos

À memória de Luís Amaral, natural de Amarante, aluno do Mestrado de Arqueologia da UM, numismata e colaborador do projecto de *Bracara Augusta*.

## 1 Introdução

Ao longo do século XX, em Portugal, os estudos da evolução urbana foram desenvolvidos por historiadores, arquitectos e geógrafos, os quais dispunham de indicadores muito limitados, no essencial fontes escritas, bem como dados avulsos, resultantes da interpretação de plantas, de fotogramas aéreos e das estruturas antigas, ainda conservadas, ou observáveis. Deste modo repetiram-se, ao longo de décadas, lugares comuns, ideias feitas, ou extrapolaram-se para os aglomerados urbanos de grande dimensão, os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados em cidades mortas.

Durante muitos anos, por exemplo, aceitou-se como verdade, quase indiscutível, que o Noroeste Peninsular era um canto perdido da civilização, no qual a influência do mundo urbano mediterrânico teria sido superficial, com um refluxo quase imediato, após as invasões dos povos ditos bárbaros <sup>1</sup>. As urbes romanas do Noroeste, tal como as suas congéneres da Lusitânia, Conímbriga, ou Évora, teriam sofrido uma significativa retracção e esconderam-se ao abrigo de muralhas erguidas á pressa, para se defenderem das hordas que varriam a Península no século V.

O desenvolvimento da Arqueologia Urbana, após a II Guerra Mundial, tem contribuído para alterar quadros históricos rígidos e obsoletos. Nesta perspectiva será cada vez mais difícil escrever sobre história urbana, sem ouvir a Arqueologia.

O estudo arqueológico das grandes cidades romanas do Noroeste, que prossegue a bom ritmo desde a década de 70 do século XX, alterou de forma radical o saber. Está hoje demonstrado que eventuais ocupações proto-históricas dos locais escolhidos para centros urbanos, no caso de terem existido, foram arrasadas. As urbes fundadas pelo imperador Augusto, nesta finisterra atlântica, obedeceram, de forma estrita, aos critérios do urbanismo mediterrânico, respeitando o modelo hipodâmico que foi, escrupulosamente, aplicado em *Bracara*, em *Lucus* e *Asturica*.

Por outro lado, os estudos de âmbito regional revelaram que o universo dos castros sofreu profundas mudanças na transição da Era Cristã e no século I d. C., registando-se uma alteração estrutural nos modelos de povoamentos e destacando-se a emergência generalizada de novos tipos de *habitats*, como as *civitates*, os *vici*, os aglomerados viários (*mansiones* e *mutationes*), as *villae*, as aldeias, os povoados mineiros.

Curiosamente esta profunda mudança da paisagem do Noroeste Peninsular teve como principais agentes os próprios indígenas, a julgar pela epigrafia e outros documentos, como as *tabulae* (Lemos 1995). Esta circunstância leva-nos a reflectir sobre o grau de complexidade das comunidades da Idade do Ferro, muito superior e mais dinâmico do que se pretende, como aliás se deduz da existência de grandes povoados em que os traços de proto-urbanismo são

evidentes. A economia de um aglomerado urbano como a Citânia de Briteiros era assaz complexa e temos as maiores dúvidas sobre a pretensa autarcia económica e social dos grandes castros, hipótese sustentada sem argumentos dignos de maior relevo, salvo a escassez do ferro e a produção cerâmica, algo monótona.

Sobre o grau de complexidade das sociedades da Idade do Ferro do Norte de Portugal ainda há muito que investigar e devemos reconhecer que, apesar dos estudos neste domínio, desde os trabalhos de Armando Coelho da Silva (1986) e de Manuela Martins (1990) na década de 80, pouco se tem avançado, apesar de relevantes dissertações de mestrado (Dinis 1993; Maciel 1997) e de diversos textos complementares (Silva 1995; 1999; 2000).

Pelo contrário, os projectos de estudo das cidades de *Bracara*, de *Lucus* e de *Asturica* revelam, continuamente, novos dados, a um tal ritmo, que, por vezes, se torna difícil acompanhar as descobertas. Já não subsistem dúvidas sobre o seu elevado grau de urbanismo, confirmado, entre muitos outros indicadores, pela descoberta recente do Teatro Romano de *Bracara*, ou do templo de *Mitra* em *Lucus*.

A fisionomia clássica destas urbes é hoje evidente, de tal modo que a questão seguinte é avaliar a influência do urbanismo das três sedes conventuais nas estruturas das capitais regionais de cada um dos *conventus*. No âmbito do *Conventus Bracaraugustanus*, os estudos de *Tongobriga* (Dias 1997 e 1999), de *Aquae Flaviae* (Amaral 1993; 1999; Rodríguez Colmenero e Alcorta Irastorza 1998), de *Tude* (Pérez Losada e Acuña Piñeiro 1998), de *Aquis Querquennis* (Rodríguez Colmenero et al. 1998), do *Forum Limicorum* (Xusto Rodríguez, 1998), e de *Auria* (Pérez Losada 2002), indicam que o urbanismo não se limitou à sedes conventuais, antes pelo contrário. Em conjunto, os projectos dirigidos para a Arqueologia Urbana e para o estudo de sedes de *civitates*, a par das sínteses sobre povoamento (Martins 1990; Almeida 1990; 1996; Lemos 1993; Pérez Losada 1995; 1996, 98 e 2002; Alarcão 1995/96; 1996; 1998), dissiparam a imagem do Noroeste pouco romanizado, que perdurou durante décadas na comunidade científica e ainda hoje subsiste no ensino secundário, devido à reduzida actualização dos conteúdos e do saber.

Todavia, se o quadro histórico do Noroeste Peninsular na transição da Era Cristã e no Alto Império é cada vez mais exacto, temos de reconhecer que os conhecimentos sobre o Baixo Império e sobre a Antiguidade Tardia ainda não se encontram devidamente elaborados.

Não faltam os dados arqueológicos. Porém o discurso científico dos investigadores teve como prioridade óbvia desmontar o mito do Noroeste Atlântico, finisterra bárbara e inculta, “superficialmente romanizada”.

Torna-se necessário, agora que ninguém duvida dos resultados alcançados, e sem abandonar o estudo do Alto Império, reflectir sobre a evolução das urbes do Noroeste nos séculos III/IV e na Antiguidade Tardia. Ora, o salvamento de *Bracara Augusta* tem proporcionado um conjunto bastante significativo de elementos (Martins 1991/92; 1992/93; 1995; Martins et al. 1994a; 1994b; Lemos et al. 1995; Martins e Delgado 1995; Martins et al. 1996; Martins e Lemos 1997/98; 1998), a partir dos quais vamos tentar estabelecer uma primeira imagem da urbe, após a sua elevação a sede da província da *Callaecia*.

Trata-se de um primeiro e breve ensaio, aliás com precedentes em trabalhos da autoria de Manuela Martins.

Desenvolvemos, assim, neste texto, as ideias divulgadas na conferência apresentada no “Seminário sobre Antiguidade Tardia”, promovido pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e realizado entre 2 e 4 de Maio de 2002, no esplêndido cenário da Sé de Idanha-a-Velha, a Egitânia dos autores clássicos.

## 2

### A nova organização administrativa da *Hispania*

No conjunto da vasta *Hispania*, do século IV ao VII, Braga adquire uma importante relevância, que nunca mais recuperará.

No reinado de Diocleciano (284-305), no âmbito da reorganização administrativa do Império, entre 284 e 288-9, a cidade de *Bracara Augusta* é elevada a



um novo estatuto, passando a sede da província da *Gallaecia* (Tranoy 1981, 402). Esta nova unidade administrativa abrangia um vasto território: os três *conventus* de *Bracara*, *Lucus* e *Asturica* e a parte ocidental do de *Clunia*, alcançando Numancia e *Iuliobriga*, na Cantábria (fig. 1).

No reinado de Constantino I (306-337) o poder da urbe é reforçado, quando o Cristianismo passa a ser a nova religião oficial do Império. Assim, no século IV, como capital diocesana Braga tutela uma série de bispados.

Com base nas inscrições dos miliários e na circulação monetária Alain Tranoy ensaiou um breve historial das relações entre a *Gallaecia* e os sucessivos imperadores (1981, 406-407). Em particular as dedicatórias inscritas nos marcos são elucidativas da evolução política do Império, ao longo do século IV. Todavia, em breve será necessário rever as conclusões de Alain Tanoy em função do *corpus* de miliários, organizado por Rodríguez Colmenero e cuja publicação está para breve. Por outro lado os estudos de numismática parecem estagnados. Falta, por exemplo, catalogar os tesouros de *Bracara Augusta*. Assim sendo, teremos de aguardar por novos dados para conhecermos melhor os imperadores do século IV que maior influência tiveram na *Gallaecia*.

Entretanto, iremos, na medida do possível, com base em novas descobertas de miliários, e no estudo das moedas da *insula* das Carvalheiras, acrescentar algumas observações.

Os movimentos dos povos ditos bárbaros não afectam *Bracara*. No século V, como cabeça do reino suevo a urbe conserva a sua capitalidade, ampliada no século seguinte pela conversão do rei Teodomiro ao catolicismo, em 561 (Ferreira 1928, 66), ou em 572, já sob a égide do monarca Miro (Maciel 1996, 279).

No século VI a actividade do bispo Martinho de Dume confere à cidade o relevante estatuto de pólo de difusão do catolicismo e de ponto central do reordenamento do território. Em 561 celebra-se o I Concílio de Braga, com a presença dos bispos da cidade, de Dume e de *Conimbriga* (Ferreira 1928; Maciel 1996, 279). Um segundo concílio reúne-se em 572, com a participação de bispos de *Conimbriga*, Lamego, Viseu e Egitânia (Maciel 1996, 279).

Não nos cumpre, todavia, entrar em matérias históricas alheias ao nosso campo específico de Arqueologia.

Para um melhor conhecimento dos aspectos históricos do período suévico e visigótico, remetemos para uma recente síntese elaborada por Luís Fontes (1999), a qual, aliás, surge na sequência de outros textos deste investigador.

E, no entanto, apesar desses textos e muitos outros, há autores que persistem em escrever que o fim do domínio suevo e a integração da *Gallaecia* no Reino Visigótico, em 585, teriam afectado a urbe bracarense.

Ora não há dados arqueológicos que confirmem essa hipótese. Entendemos, pelo contrário, que a reunificação da *Hispania*, poderá ter sido favorável, recuperando linhas de comércio e de contacto. Em 589, no III concílio de Toledo, o Reino Visigótico adopta o catolicismo como religião oficial.

No século VII, destaca-se a figura de S. Frutuoso, Bispo de Braga e de Dume. Sob a sua égide celebra-se em 675 o III Concílio de Braga e consolida-se a importância religiosa da urbe.

Segundo Avelino Jesus da Costa (1997) a organização da rede orgânica da diocese estabeleceu-se nos séculos VI e VII. Esta malha institucional conservou-se na Alta Idade Média e manteve-se intacta até ao final do segundo milénio d. C., de tal modo que várias das igrejas paroquiais românicas de Entre Douro e Minho foram edificadas sobre templos cristãos dos séculos IX e X, os quais, por sua vez, foram levantados sobre basílicas paleo-cristãs, *villae*, ou necrópoles da Antiguidade Tardia. Podemos citar como exemplos a Catedral de Braga, as igrejas paroquias de S. Martinho de Dume, de S. Vítor (Braga); Santa Marinha da Costa (Guimarães), S. Torcato (Guimarães), S. Pedro de Rates (Póvoa do Varzim), Santa Maria e Santa Leocádia de Geraz do Lima (Ponte de Lima).

A urbe bracarense era, no Noroeste Peninsular, o local sagrado por excelência, onde se concentravam as relíquias de alguns dos mártires mais venerados, entre os quais S. Cucufate, S. Silvestre e Santa Joana<sup>2</sup>.

Em 716, de acordo com as crónicas regista-se o ataque dos exércitos muçulmanos às cidades do Noroeste. Esta data marca, em Braga, o fim da Antiguidade Tardia e o princípio da Alta Idade Média. Mesmo assim, no

contexto do reino astur-leonês é evidente o interesse em restaurar a cidade de Braga como sede religiosa e territorial. De tal modo que, para a afirmação de Santiago de Compostela como excepcional centro do Catolicismo, não foi suficiente a descoberta do túmulo do apóstolo. Seria, também, necessário o pio latrocínio de Diogo Gelmirez, que se apropriou das mais valiosas relíquias bracarenses (Ferreira 1928, 116-118).

### 3

#### A rede viária

Como se sabe a rede viária constitui uma estrutura essencial ao exercício do poder nos Estados Complexos, nos Impérios. Talvez por esse motivo, redes de caminhos oficiais foram estabelecidas nos diversos continentes, em contextos diferenciados, na Europa, na Ásia, na América, em África (Tainter 1988). O Império Romano, como os restantes, alicerçou-se sobre um complexo sistema de vias (Tranoy 1995/96; Chevallier 1997).

A designação de *Bracara* para capital da *Callaecia*, no século III, não implicou a abertura de novas vias. A rede viária manteve-se ao longo do primeiro milénio, tal como ficou definida na segunda metade do século I. Todavia, a manutenção das estradas e o funcionamento do *Cursus Publicus* persistiu no Baixo Império, sem alterações, o que podemos avaliar com facilidade através dos miliários. De facto, no território do *Conventus Bracaraugustanus* o número de marcos é excepcionalmente abundante, ultrapassando as três centenas: Braga<sup>3</sup>: 25; via entre *Bracara* e *Cale*: 22; Via XVII: 14; Via XVIII: 223; XIX: 31; via *Bracara-Emerita*: 5.

Podemos assim verificar que os imperadores das diversas dinastias do Alto Império, durante os séculos I, II e III, tiveram o cuidado de manter em boa ordem o *Cursus Publicus* nos acessos a *Bracara*.

No Baixo Império, contrariando a ideia global de decadência e de progressivo afastamento entre Roma e as províncias encontram-se marcos dos seguintes imperadores, no âmbito restrito do *conventus*:

## Tetrarquia

- Diocleciano (284-305): 1 de Braga (EE, VIII, 211; Tranoy 1981, n.º 21).  
Diocleciano e Maximiano?: 1 de Braga (CIL 4762; Tranoy 1981, n.º 22).  
Maximiano (286-305): 1 de Braga (EE, VIII, 211 a; Tranoy 1981, n.º 23); 1 da Via XVII (EE, VIII 223); 2 da Via XVIII, (EE, VIII, 235; CIL 4817; Alarcão 1988, 5).  
Constâncio: 1 (Alvarelhos Alarcão, 1/349).  
Constâncio Cloro I (292-306): 2 de Braga (CIL 4763 e EE, VIII, 212; Tranoy 1981, n.º 24; n.º 25); 1 (Vila Real; RG 1959, pp. 367-374); 1 da Via XVII (Alves, 23); e 2 de *Bracara* para *Auria* (Caamaño Gesto 1995, 407-408).  
Galério (293-311): 2 de Braga (EE, VIII, 213; Vickert, 2; Tranoy 1981, n.º 26 e n.º 27); 2 da Via XVIII (CIL 4819; Bol. Aur., 1973, 33 e Caamaño Gesto 1995, 409-410); 1 da via *Aquae Flaviae* ao *Forum Limicorum* (Naveiro Lopéz, 1991, 185); 1 da Via XIX (Alarcão 1988, 1/12).  
Licínio (308-324): 2 de Braga (Vickert 5 e 9; Tranoy 1981, n.º 30; n.º 31); 1 da Via XVI (CIL 6213); 3 da Via XVIII (CIL 4811; CIL 4807; CIL 4810).

## Casa de Constantino

- Constantino I (306-337): 2 de Braga (Wickert 3 e 4; Tranoy 1981, n.º 28, n.º 29); 2 da Via XVII (CIL 4784); 2 da via *Aquae Flaviae* a *Forum Limicorum* (Naveiro Lopéz 1991, 185); 2 da Via XVIII (EE, VIII, 230; Rivas 46).  
Crispus (317-324): 2 de Braga (Vickert 6; CIL 4764; Tranoy 1981, n.º 32, n.º 33); 1 na Via XVI (CIL 4764).  
Licínio Junior (335-337): 1 de Braga (CIL 4811); 1 na Via XVIII (CIL 4810).  
Flávio Delmácio (335-337): 1 da Via XVII (Alain Tranoy 1981, 395); 1 da Via entre *Aquae Flaviae* e *Aquis Geminis* (Caamaño Gesto 1995, 413); 1 da Via XIX (Alarcão 1/76).  
Constantino e Constâncio II: 1 de Braga (EE, VIII, 213ª; Tranoy 1981, n.º 37).  
Constantino II<sup>4</sup> (337-340): 2 de Braga (Wickert 7 e 8; Tranoy 1981, n.º 34, n.º 35); 1 da Via *Bracara* para *Emerita* (HAE 469).  
Constantino II e Constante: 1 da via XVIII (Caamaño Gesto 1995, 413-414).  
Constâncio I: (323-350): 2 de Braga (CIL 4763; EE, VIII, 212; Tranoy 1981, 24 e 25); 1 da Via XVII (Alves 1934, 60).  
Constâncio II (324-362): 1 de Braga (EE, VIII, 214; Tranoy 1981, n.º 38); 4 da Via XVIII (CIL 4844; CIL 4856; CIL 4852; Caamaño Gesto 1995, 414); 2 da Via XIX (Alarcão 1988, 1/12 e 1/41).  
Constante I<sup>5</sup> (337-350): 1 de Braga (Wickert, 10; Tranoy 1981, n.º 36); 1 da Via XVI (CIL 4742); 1 na Via XVIII (Alarcão 1988, 1/192); 1 na Via XIX (Alarcão 1988, 1/31).

## Outros imperadores do século IV

Juliano (355-363): 2 da Via XVIII (Rivas, 58; Caamaño Gesto 1995, 417); 1 da Via XIX (Alarcão 1988, 1/28).

Valentiniano I (364-375): 2 da Via XIX (EE, VIII, 246; Alarcão 1988, 1/33).

Valentiniano I (364-375) e Valencio<sup>6</sup> (364-378): 3 de Braga (EE, VIII, 216; EE, VIII, 294; Cardozo, 81; Tranoy 1981, n.º 40; n.º 41; n.º 42); 1 da via *Bracara-Emerita*, por *Tongobriga* (Tranoy 1981, 394).

## Usurpadores

Magnêncio (350-353): 1 de Braga (Tranoy 1981, n.º 39); 1 da Via XVII (CIL 4791); 3 da Via XVIII (CIL 4820; CIL 4840; Rivas 58; Caamaño Gesto 1995, 415) e 2 da Via XIX (CIL 6225; Alarcão 1988, 1/30).

Decêncio<sup>7</sup> (351-353): 2 da Via XVIII (CIL 4827; CIL 6221); 1 da Via XIX (IRG III, 14).

Registam-se marcos de quase todos os imperadores da Tetrarquia, da Casa de Constantino, de Valentiano e seus sucessores, e mesmo, dez marcos dos usurpadores Magnêncio e Decêncio. Caso alargássemos a lista aos miliários da província da *Callaecia*, o quadro seria mais completo, registando-se também miliários de Severo (306-307) (Tetrarquia), e de Gratiano (367-383), filho de Valentiano I.

Os miliários distribuem-se, o que é expressivo, por todas as vias que partiam de Braga: *Bracara-Cale* (Via XVI); *Bracara-Aquae Flaviae-Asturica* (Via XVII); *Bracara-Bergidum-Asturica* (Via XVIII); *Bracara-Tude-Lucus* (Via XIX); *Bracara-Emerita*. Encontram-se, também, marcos deste período noutras vias oficiais, embora secundárias, em especial nas que divergiam de *Aquae Flaviae* para *Forum Limicorum* e *Auria*, ou que continuavam de *Aquis Querquennis* para *Auria*. A título complementar acrescentamos que não há motivos para salientar a Via XIX, neste quadro, como pretende Naveiro Lopéz (1991, 146).

Por outro lado, destaca-se a ocorrência de marcos no caminho entre *Bracara* e *Emerita*, duas capitais provinciais do Baixo Império. Apesar do escasso número, apenas dois, não deixa de ser interessante uma vez que a quantidade de miliários desta via é muito pequeno. Curiosamente este eixo, apesar da sua importância não é citado no Itinerário de Antonino. Se aceitarmos a hipótese

deste Itinerário ter sido elaborado no século III, conjugada com a predominância de miliários do século II e Baixo Império, é legítimo pensar que a ligação de *Bracara* para *Emerita* adquiriu maior relevo quando as duas urbes ombrearam como capitais das cinco províncias da *Hispania*.

Tanto estes factos, como o número de miliários levantados, mais de 50, ao longo de um século, entre Diocleciano e Teodósio, desmentem a imagem do Baixo Império como uma fase de decadência, de interrupção dos eixos viários. Repare-se que não há uma quebra aparente entre a Tetrarquia e a Dinastia de Constantino. O último esforço para assegurar a manutenção do *Cursus Publicus* situa-se nos reinados de Valentiano I e de Gratiano, ou seja nas décadas de 60 e 70 do século IV.

Dois investigadores espanhóis, José Maria Solana Saínz e Luís Sagrado San Eustaquio (1997) elaboraram uma lista deste tipo para o conjunto da *Hispania*, embora revelando que desconhecem os traçados de algumas das vias que citam. Todavia as conclusões a que chegaram são as mesmas que se podem extrair dos miliários do *Conventus de Bracara Augusta*, o que não surpreende por razões de ordem estatística. Ou seja só no período da Diarquia o número de marcos é superior na Tarraconense. Nos restantes períodos a relação percentual entre a *Callaecia* e as restantes províncias ultrapassa sempre mais de 50%. Por exemplo, no âmbito da Casa de Constantino, referem 50 para a Galécia, 10 para a Lusitânia, 9 para a Tarraconense, e 6 para a Bética e Cartaginense. No período de Valentiano e seus sucessores contabilizam 8 para a Galécia, 4 para a Lusitânia e 1 na Bética e Tarraconense. Aliás a única urbe, que surge nas inscrições, é *Bracara Augusta*.

A completar as fontes epigráficas, para uma fase em que o vínculo imperial tende a desvanecer-se, dispomos do testemunho de Egéria. A sua narrativa da viagem ao Próximo Oriente e aos Lugares Santos (381-383) revela bem a persistência do sistema de balizagem das vias e das *mansiones*.

Nos séculos V, VI e VII o sistema viário parece ter-se mantido intacto.

Foi, aliás, utilizando os caminhos do Império que os reis suevos, instalados, em Braga, levaram a cabo razias na cidades da *Lusitania* e da *Baetica*: *Emerita*, em 440; *Hispalis*, em 441; *Conimbriga*, nos anos de 464 e 468 (Alarcão 1999, 26); *Olisipo*, no ano de 469 (Maciel 1996).

## 4 Urbanismo

No Baixo Império e na Antiguidade Tardia a cidade de *Bracara Augusta* mantém os alinhamentos estabelecidos na época de Augusto, a orientação sudeste-noroeste dos eixos de circulação e das parcelas urbanas (Martins e Delgado 1989/90; Martins 2000), à semelhança de outras grandes capitais da *Hispania*, como *Emerita* (Mateos Cruz e Alba Calzado 2000). Esta circunstância foi demonstrada nos trabalhos arqueológicos da zona das Carvalheiras que incidiram sobre uma ampla área, bem como no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas (Albergue Distrital e Bibliopolis). Nesta última zona a rua, implantada na época de Augusto, manteve-se aliás até ao século XIX, quando foi aberta a Frei Caetano Brandão (Lemos e Leite 2000). Outro local onde se confirma a persistência da rede de circulação urbana é a zona da Cerca do Seminário de Santiago (Lemos e Fontes 2003). Aqui a rua do Alto Império foi renovada no século IV com um novo pavimento e novo pórtico.

Contudo, se o sistema de ruas se conserva, a partir do século V, verifica-se em *Bracara*, tal como noutras urbes da *Hispania*, o aproveitamento da área porticada que é fechada por muros, ampliando-se, deste modo, a propriedade particular. Este processo está documentado na *insula* das Carvalheiras (Martins 2000b) e no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas (Lemos e Leite 2003). Este último local é, particularmente, significativo por se tratar de uma zona adjacente ao *Forum*.

No interior das parcelas urbanas, nas *insulae*, verificam-se alterações substanciais, talvez mais evidentes no Alto da Cividade, mas não menos significativas na zona das Carvalheiras.

No Alto da Cividade o destino do balneário público, erguido durante a dinastia dos Flávios, é elucidativo e revela que em Braga, tal como noutras cidades do vasto Império, o Teatro deixou de ser um equipamento público com interesse. De facto, as Termas do Alto da Cividade formavam, com o Teatro, uma vasta área de lazer que parece ter sido abandonada no Baixo Império. Em finais do século III ou princípios do IV o edifício sofre uma remodelação profunda. A

zona termal é reorganizada, as dimensões dos compartimentos são alteradas. Podemos admitir que nesta fase o edifício ainda poderia funcionar como um espaço público (Martins 2000a; Silva 2002). Porém em meados do século IV, a reorganização do espaço é radical: os anteriores hipocaustos são entulhados e cobertos por extensos pavimentos de *opus signinum*. Em nosso entender nesta penúltima fase do edificado, o terreno é adquirido por um particular e transformado como residência, que inclui uma pequena área termal, bem identificada e sem qualquer relação com a anterior (fig. 2). A zona da palestra é aproveitada para erguer compartimentos cuja finalidade se desconhece (Martins 2000a; Silva 2002).

Outros dos indicadores arquitectónicos associados ao período tardio das cidades é a construção de absidiólos, que se destacam do recticulado dos muros. Uma residência com este tipo de estruturas foi identificada na chamada zona das Cavalariças, que hoje faz parte dos terrenos do Museu de D. Diogo de Sousa (Delgado e Gaspar 1986; Delgado e Martins 1988). Infelizmente, por razões de ordem financeira não foi possível concluir a escavação desta *insula*, que deveria ficar exposta num dos jardins do Museu<sup>8</sup>.

Na *insula* equivalente à Casa Grande de Santo António das Travessas (Lemos e Leite 2003), sensivelmente a meio do edificado, no alçado norte, foi exumada uma dessas estruturas em ábside, com alicerces de boa qualidade e que se estendia para lá dos limites da parcela, ocupando assim o antigo pórtico da rua que corria a norte.

No entanto, apesar da ocupação desregrada dos pórticos, a qualidade de construção dos novos edifícios é evidente, com excelentes panos de aparelho granítico, ainda que os alicerces obedeçam a técnicas diferentes e os paramentos apresentem características distintas. Muros de excelente aparelho, de época tardia, bem conservados, observam-se, por exemplo, na Rua Frei Caetano Brandão e na Rua de Santo António das Travessas<sup>9</sup>.

O uso abundante do granito como material persiste e numerosos muros que podemos atribuir ao Baixo Império revelam excelente qualidade, como já referimos.

Um dos aspectos interessantes da técnica de construção é a estrutura dos alicerces dos muros das residências. No Alto Império as primeiras fiadas dos



muros assentavam, directamente, na rocha aplanada para o efeito. Nas estruturas atribuíveis ao século IV e V verifica-se que a rocha é cortada e preenchida com uma camada muito consistente de pedra miúda sobre a qual assentam. Deste modo foi atenuada a rigidez do contacto entre o substrato rochoso e o edificado. Embora esta técnica já se encontre em certo tipo de estruturas do Alto Império como os embasamentos, só será aplicada de forma sistemática do século IV em diante, no contexto do Baixo Império e da Antiguidade Tardia.

Para além dos aspectos técnicos, as alterações no interior das *insulae*, registadas nas escavações de *Bracara Augusta*, sugerem o abandono dos equipamentos públicos, o aumento da área privada e a reorganização das residências particulares. No entanto, este processo não corresponde a qualquer retracção da área habitada. Como adiante veremos a muralha abriga um vasto conjunto edificado de mais de 50 hectares. A privatização do espaço urbano não redundou na sua retracção. Por exemplo, na zona do Fujacal, ou seja no quadrante sudeste da cidade foi escavada um conjunto habitacional tardio, implantado sobre o antigo *vallum* interior da muralha. Este conjunto pode ser datado de finais do século IV/inícios do V, devido à presença de cerâmica de produção africana D, quer na vala de preparação do pavimento em *opus signinum*, quer na argamassa que o constitui. Por outro lado é de referir a descoberta, no mesmo nível, de uma belíssima pulseira em ouro e pedras coloridas, um artefacto que supõe um estatuto social relevante (v. capa).

Dispomos de menos dados para esclarecer a permanência ou deslocação dos centros urbanos. De facto, uma vez que na área do *Forum* de *Bracara Augusta* ainda não se realizaram quaisquer escavações, nada se pode dizer sobre os processos que sofreu.

Pelo contrário já dispomos de dados sobre a evolução do espaço onde se estruturou o centro religioso da urbe. O estudo do edifício romano e paleo-cristão que jaz sob a Catedral de Braga foi realizado em fases sucessivas. Primeiro em 1986, quando se levantou o pavimento da Rua da Senhora do Leite para colocação de infra-estruturas diversas (Gaspar 1985). Nesta escavação foi detectado um extenso muro com um pórtico. Novos vestígios foram acrescentados em 1989, quando um equipa do IPPAR interveio na zona

do transepto e da capela mor (Rodrigues et al. 1990). Anos depois, de 1996 a 1998, novos trabalhos acrescentaram mais dados, de tal modo que já temos uma ideia mais clara da história do sítio onde, mais tarde, foi implantado o programa românico do Bispo D. Pedro, no século XI (Fontes et al. 1997/98). Embora novas intervenções possam reservar surpresas pensamos que a estrutura identificada em 1984 seria um mercado que se estendia para oeste, ocupando o espaço correspondente a uma *insula*. As inscrições ao *Genium Macellum* e a *Isis* reforçam essa hipótese. No século IV o mercado foi adaptado a basílica e, mais tarde, a templo, dedicado a Santa Maria.

No século XI o programa românico de D. Pedro, embora mantenha o limite leste do parcelário vai alargar o espaço cultural para além da rua sul e duplica a área ocupando o espaço residencial da *insula* existente a oeste e cujas ruínas jazem sob o lajeado da Catedral (Fontes et al. 1997/98). A norte o processo de alargamento da Catedral é muito mais tardio, o que confirma o persistência do valor defensivo da muralha do Baixo Império, tanto no período suévico, como na Alta Idade Média (sécs. IX a XII) (fig. 3). O *intervallum* manteve-se livre e só numa época muito adiantada, já em plena Idade Média (sécs. XIII e XIV) será ocupado por capelas anexas ao corpo principal da Sé (Fontes et al. 1997/98).

Que o novo centro de poder religioso e secular tenham sido erguido sob o local do mercado não é um facto inédito. Pelo contrário ocorreu em numerosas cidades da *Hispania* e do Império. A recente descoberta de uma esplêndida base de pilar, no acompanhamento de obras numa pequena casa da Rua do Souto, a ocorrência de uma série de achados epigráficos, que levaram Alain Tranoy (1981, 1996) a considerar que o primeiro *forum* de *Bracara* ficaria junto da Catedral, suscitam a possibilidade de ter existido, ao lado do mercado, na mesma zona, um *forum* corporativo.

Deste modo, a deslocação do local do poder terá ocorrido do *forum* cívico, situado no Largo Paulo Orósio, para a área do *forum* corporativo e primeiro local do culto cristão.

## 5

## A muralha

A edificação de uma ampla muralha, defendendo uma extensa área urbana coincide com o novo estatuto atribuído a *Bracara* (fig. 4). O traçado e as características desta muralha do Baixo Império são bem conhecidas, graças aos textos de antiquários e eruditos, mas, sobretudo, como resultado das escavações efectuadas na década de 90 do século XX e nos primeiros anos da nova centúria (Lemos et al. 2002; Lemos et al. 2002a).

Tinha um perímetro de 2200 a 2400 metros, protegendo assim uma área de cerca de 50 hectares. A coincidência entre o traçado da muralha e as diversas necrópoles do Alto Império indica que não terá havido uma retracção da área urbana, pelo menos tão dramática como a que se registou em *Conimbriga*, ou em Évora, urbes onde foram cortadas a meio várias residências, tal como noutras cidades da *Hispania*.

Em Braga, admitimos que, nalguns pontos, como na área do actual Largo de S. João do Souto e na Avenida Santos da Cunha, diversas *domus* possam ter ficado extra-muros, por imperativos de defesa da cidade.

A muralha de *Bracara Augusta* era uma poderosa fortificação, cuidadosamente edificada, com um miolo muito resistente, assente na rocha. Tinha uma altura provável de 12 metros e uma largura variável entre 5 e 6 metros (Lemos et al. 2002).

A sua face externa era paramentada com grandes blocos de granito. A face interna era formada por aparelho irregular. No exterior junto à muralha destacavam-se torreões semicirculares, dispostos de dezoito em dezoito metros, tal como em Gijón, por exemplo (Ochoa 1997). Ao longo da muralha, pelo exterior, dispunha-se um amplo corredor de circulação, cuja largura exacta desconhecemos, por ora<sup>10</sup>. O pavimento desta via de circulação externa foi datado do sécs. V/VI, em vários locais: no Largo João Peculiar, no logradouro de um prédio da Rua Paio Mendes e, mais recentemente, nas escavações em curso na Rua de D. Diogo de Sousa. Não deixa de ser curioso

que esta rua, exterior à muralha, não tenha sido detectada na zona do Fujacal, pelo menos por ora. É um problema para o qual se devem orientar futuros trabalhos.

No interior, tal como nas fortificações militares da época, a defesa da muralha era completada por um *intervallum*, com cerca de dez a doze metros de largura, sem construções e um fosso aberto na rocha (*vallum*), identificado na zona do Fujacal. Admitimos, também, que no exterior existisse um fosso, em alguns tramos, segundo uma observação do terreno, na Avenida da Imaculada Conceição.

Era, portanto, uma das fortificações urbanas do Baixo Império mais completas se a compararmos com as outras da área ocidental do Império (Johnson 1983). Face ao modo como foi levantada e construída é muito pouco provável que tenha sido edificada à pressa, face a uma ameaça exterior.

Embora o estudo completo de todos os dados disponíveis esteja por fazer, julgamos que a muralha edificada, em finais do século III, teve diversas reconstruções, em particular do paramento exterior.

Graças às suas características manteve a sua funcionalidade, no tramo norte até ao século XIII, sendo referida em documentos escritos (Marques 1986).

E, no entanto, apesar de ser uma muralha que marcava a fisionomia da cidade nada indica que constituísse uma barreira impiedosa entre a cidade e a sua zona envolvente. Por exemplo, a norte, junto à via de *Bracara a Lucus*, situava-se um edifício cuja planta ainda não se conhece, mas que foi ocupado na Antiguidade Tardia, de acordo com o material recolhido. O sistema de *villae* que rodeava a cidade continuou a funcionar, tanto no século IV, como, posteriormente, na Antiguidade Tardia.

## 6 As necrópoles

Em redor de *Bracara Augusta* já foram identificadas 6 necrópoles, relacionadas com acessos/saídas da urbe (Lemos 2002). São, pois, designadas com o nome da via a que se encontram associadas (fig. 5). De norte para sul, de leste para oeste: Via XIX (*Bracara-Lucus*); Via Nova (*Bracara-Asturica por Bergidum*); Via XVII (*Bracara-Asturica por Aquae Flaviae*); *Bracara-Emerita*; Via XVI (*Bracara-Cale-Olisipo*); Via Per Loca Maritima.

As condicionantes da Arqueologia Urbana não tem permitido um estudo monográfico de cada uma destas necrópoles. As sucessivas descobertas decorrem de trabalhos arqueológicos realizados em função de obras. Por outro lado sabe-se que parte dessas necrópoles ainda subsistem, por escavar, sob arruamentos, praças, logradouros e edifícios. De qualquer modo já se podem retirar dos elementos disponíveis algumas conclusões interessantes.

Os dois conjuntos funerários mais estudados situam-se na Rua do Caires e na Cangosta da Palha. Na necrópole da *Via Per Loca Maritima* (Rua do Caires) foram estudadas 24 sepulturas, cuja cronologia se estende do século I aos inícios do século IV. As sepulturas mais tardias parecem ser inumações em covas simples, de forma rectangular. Numa destas sepulturas recolheram-se 13 moedas datáveis de 266 a 270/71. Não se encontraram-se, pois, neste sítio, sepulturas da Antiguidade Tardia.

Pelo contrário, na necrópole da Via XIX, sobre a qual pouco se sabe, foram encontradas diversas sepulturas de inumação, sem espólio, que aparentam ser tardias <sup>11</sup>.

A necrópole mais estudada será, talvez, a da via XVII. É, aliás, a que mais nos interessa para este texto. A zona sepulcral era bastante extensa, tendo sido estudado um sector que poderá corresponder à última fase da necrópole. No terreno designado como Cangosta da Palha, foram identificadas dezenas de sepulturas, predominando as de inumação e sem qualquer espólio (Delgado et al. 1987) <sup>12</sup>. A ausência de espólio é tanto mais expressiva, quanto as

sepulturas foram cuidadosamente construídas, segundo vários modelos. Os modelos mais frequentes correspondem aos tipos 3b, 3d, 3e, 3f, 3h, 4 e 5 (Martins e Delgado 1989/90). A utilização abundante de tijoleiras e *tegulae*, a ausência de espólio votivo, a circunstância das sepulturas estarem orientadas no sentido leste-oeste, sugerem a possibilidade de se tratar do sector mais tardio da necrópole da Via XVII, enquadrável no âmbito da Antiguidade Tardia. A ocorrência de modelos de sepultura com paralelos em necrópoles tardias de outras urbes da Hispânia, designadamente os modelos 4 (sécs. IV-V) e 5 (*bisomas*) (séc. V) reforça esse hipótese.

Curiosamente, até esta data, ainda não se encontraram sepulturas com oferendas votivas relacionáveis com o domínio suevo, ou com o período visigótico.

## 7 As cerâmicas

Como se pode imaginar o salvamento de *Bracara Augusta*, ao longo de quase três décadas de existência, já proporcionou centenas de milhares de fragmentos de olaria.

Graças aos trabalhos de Manuela Delgado (1984; 1985; 1987; 1988) e de Rui Morais (1997/98a; 1997/8b; 1998), bem como ao interesse de Alexandra Gaspar (2001) tem sido possível desbravar essa floresta de materiais. Apesar das limitações financeiras, ultrapassando os estrangulamentos habituais na Arqueologia Urbana, o seu estudo não tem ficado para trás.

Dispomos, assim, dos indicadores mínimos para avaliar a relevância de *Bracara Augusta* no Baixo Império e na Antiguidade Tardia, a dois níveis:

- 1) as importações, que iluminam o comércio com outras zonas do Império;
- 2) a distribuição espacial, na urbe, das produções mais representativas.

## 7.1

### Importações

Quanto ao primeiro ponto deve-se a Rui Morais um precioso contributo. Este investigador, num recente e importante artigo, estabelece um quadro das origens e quantitativos de cerâmicas importadas, ânforas e louça de mesa, no âmbito de comércio de longa distância, com o Mediterrâneo (Morais 2004).

Segundo o autor a presença de ânforas africanas na cidade é residual, contando apenas com 6 fragmentos. Correspondem a um largo espectro cronológico que se estende do século IV ao VI. Já a ocorrência de ânforas oriundos do Mediterrâneo Oriental é mais significativa (28 fragmentos). Rui Morais (2004) atribui a origem dos exemplares identificados à região de Antioquia (Ásia Menor) e à zona de Gaza (Palestina). As balizas cronológicas estendem-se entre os séculos IV e VI.

As *sigillatas* africanas de época tardia estão bem representadas em Braga, com o predomínio do fabrico D (353 fragmentos) sobre o C (75 fragmentos) e E (12 fragmentos). De acordo com Rui Morais (2004) o momento de maior importação situa-se entre finais do século IV e inícios do século V, diminuindo no século V e recuperando em finais do V/inícios do VI, até a meados do séc. VII. O final destas importações verifica-se no termo do século VII, no contexto da turbulência provocada pela tentativa de Constantinopla de recuperar o Ocidente (Morais 2004).

A par da louça de mesa fabricada no Norte de África registam-se, também, cerâmicas produzidas no Oriente, na Fócia. Até ao momento já se recolheram vinte e cinco exemplares de *terra sigillata* focense tardia datáveis do século V, bem como dois fragmentos de *terra sigillata* cipriota, estes do século VI (Delgado 1988: 35-49).

Com base nestes dados, muito resumidos neste nosso texto<sup>13</sup>, Rui Morais tece algumas considerações finais, parte das quais nos parecem pacíficas, embora outras justifiquem alguns reparos.

No actual quadro dos dados arqueológicos é arriscado afirmar que a riqueza estava, nos sécs. V e VI nas mãos dos suevos. É possível. Mas, ignoramos

se a população bracarense também participou ao lado dos *barbaroi* nas rentáveis incursões sobre as cidades do sul. Neste sentido poderemos, somente, afirmar que existia em *Bracara* capacidade aquisitiva suficiente para a compra de bens sumptuários.

Por outro lado, não nos parece adequado classificar *Conimbriga* e *Bracara* como cidades do interior (Morais 2004). *Bracara* por motivos que já referimos noutro texto (Lemos 1999). Por sua vez é necessário esclarecer que *Conimbriga* era uma urbe portuária pois que ficava próxima do vasto estuário em que, nesse tempo, terminava o Mondego (Bernardes 2002). *Conimbriga*, tal como *Aeminium* estabelecem-se em pontos estratégicos, onde o itinerário entre *Olisipo* e *Bracara* se aproxima do mar, se cruza com complexos portuários (Blot 2003, 125-126). Desde a sua fundação as três cidades sempre estiveram integrada nas rotas do tráfico marítimo atlântico. O trabalho de Rui Morais esclarece que esta função urbana se prolonga no Baixo Império e na Antiguidade tardia (sécs. V a VII).

Por último, duvidamos que a menor presença de ânforas de produção africana em *Bracara*, por comparação com a Catalunha tenha a ver com gostos tradicionais, como pretende Rui Morais (1997/98, 178-181), como o eventual uso de gorduras animais. Insistimos na hipótese de cidades como *Bracara*, *Aquae Flaviae*, *Auria*, *Tongobriga*, serem abastecidos com azeite e vinho produzido nas zonas leste e sudeste do *conventus*. Concretamente no território de duas *civitates* de nome desconhecido. Uma com sede em *Pinetum* (Cabeço de Vale de Telhas), abrangendo o média bacia hidrográfica do Tua (Lemos 1993). Outra com sede em Constantim de Panóias, agregando um vasto espaço, drenado pelo rio Corgo (Lemos 2004).

Outra possível área abastecedora seria a parte sudoeste do *conventus* astur, designadamente a *Civitas Baniensum*, cujos produtos seriam encaminhados pelo Douro. Haverá que verificar se os preços de produtos africanos não ficariam mais baratos no território de *Tarraco*, devido à proximidade do litoral africano e ao transporte marítimo, competindo assim com os produtos locais. Pelo contrário, a distância a *Bracara*, diminuía a sua competitividade, devido ao custo de um trajecto muito maior. Quanto a uma eventual preferência pelas gorduras animais, julgamos que a situação registada em pleno século XX, quando o trabalho ainda era pago em géneros nos espaços interiores de



Portugal e Espanha, é elucidativa. As comunidades que não conseguiam produzir azeite ou vinho, devido a condicionantes climáticas, procuravam obter esse produto a todo o custo. A população da Malcata, por exemplo, dedicava-se ao contrabando de azeite, que era levado para Espanha, para abastecer as aldeias do norte da província de Cáceres e da província de Salamanca, áreas onde as condições climáticas impediam a produção do precioso produto.

## 7.2

### Distribuição das cerâmicas no espaço urbano e peri-urbano

Por si mesmo, a distribuição dos tipos de cerâmica pode ser reveladora. Os três mapas com os valores de fragmentos de Terra Sigillata Hispânica Tardia (fig. 9), de Cerâmicas de Produção Africana (fig. 10), Focense (fig. 11) e Cinzenta Tardia (fig. 12), por zona de escavação, constituem um indicador interessante, quer analisados individualmente, quer em sequência.

A Terra Sigillata Hispânica Tardia é muito abundante em *Bracara Augusta*, o que indica a manutenção das rotas comerciais ao longo da grande estrada *Bracara-Asturica-Clunia-Plasencia*, que ligava o litoral ao vale do Ebro, onde era produzida. Já no Alto Império este eixo comércio hispânico encontra-se bem documentado pelo registo da produtos de qualidade de TSH, em *Asturica* (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2002), em diversos povoados de Trás-os-Montes Oriental (Lemos 1993) e em *Bracara Augusta* (Martins e Delgado 1989/90a). O fluxo de circulação monetária é concordante (Centeno 1987).

Na figura 6 verifica-se uma distribuição homogénea por toda a cidade, destacando-se como áreas de maior concentração de TSHT as zonas do Fujacal, das Carvalheiras e do Alto da Cividade. Ora tanto a *insula* das Carvalheiras como a zona do Fujacal são áreas periféricas da urbe, próximas ou adjacentes á muralha, pelo que fica demonstrada a continuidade da ocupação urbana no Baixo Império. Os valores da zona do Fujacal são particularmente interessantes, pela circunstância da superfície escavada ser menor e por se tratar do “canto” sudeste da cidade, afastado quer do *Forum*, quer do novo centro religioso, a área da futura Catedral. Assinalamos que, da zona do Fujacal partia o caminho

para *Emerita*, via *Oculis Calidarum* (Caldas de Vizela), Meinedo, *Tongobriga*, *Lamecum* (Lamego) e *Aegitanea*. De qualquer modo a porta da Via XVII para *Asturica* não ficava muito longe, cerca de duzentos metros para noroeste. Nesta área, a da saída para *Asturica*, por *Aquae Flaviae*, as intervenções arqueológicas têm sido poucas extensas.

O mapa de distribuição da Cerâmica de Produção Africana, figura 7, datáveis dos séculos IV, V e VI, apresenta uma matriz muito semelhante ao da TSHT, o que revela que a urbe se manteve habitada em toda a área intra-muros. As percentagens relativas de material dos diversos locais são, em geral, idênticas, salvo no caso do Alto da Cividade e Carvalheiras, onde se constata uma inversão de números. O que é muito curioso dada a circunstância do edifício termal ter sido abandonado e transformado em residência. Mais uma vez registamos a elevada percentagem de materiais recolhidos na zona do Fujacal. A ausência de cerâmicas na zona da Sé deve-se ao facto dos materiais desta área ainda não terem sido estudados o que se lamenta.

Conforme já referimos a ocorrência de cerâmicas produzidas no Norte de África demonstra a continuidade do tráfico atlântico que não foi perturbado pelos movimentos dos povos oriundos da Germânia. Pelo contrário, podemos admitir que a circunstância de *Bracara* ter sido escolhida para capital do Reino Suevo, terá aumentado o poder de compra dos seus habitantes, pelo menos das famílias mais ilustres.

Embora a quantidade de cerâmica fabricada no Mediterrâneo Oriental, na Fócia, seja reduzida, a sua distribuição pela cidade não deixa de confirmar as observações que nos suscitaram os mapas referidos nos parágrafos anteriores. Destacamos apenas uma quase imperceptível concentração na área norte e nordeste (fig. 8).

A cerâmica cinzenta tardia foi estudada por Alexandra Gaspar em tese de mestrado, defendida na Universidade do Minho (2001). O fabrico estende-se de finais do século IV/inícios do V ao VII, embora o seu auge corresponda aos sécs. V e VI. Trata-se de uma produção de fabrico local, mas que teve uma vasta área de comercialização tendo alcançado *Conimbriga* (Gaspar 2001) e Chaves (Lemos 1988). Esta circunstância indica que os circuitos regionais de

comercialização se mantiveram, apesar das convulsões políticas e sociais, das pestes, da fome. Foi identificado um outro centro produtor em Lugo (Gaspar 2001).

Quanto á sua distribuição na área de *Bracara* verificamos uma significativa mudança. Embora se registam materiais oriundos de todo espaço intra-muros é evidente a concentração de valores mais altos na zona norte, adjacente à futura Sé, incluindo um edifício fora de muralhas, descoberto no claustro oeste do antigo paço arquiépiscopal. A concentração a norte é tanto mais expressiva quanto em zonas nas quais a área escavada é extensa, como no Alto da Cidade, o número de cinzentas tardias é reduzido. Pelo contrário os locais que proporcionaram valores mais altos correspondem a áreas pouco amplas, como é o caso das sondagens da Rua da Senhora do Leite e da interior do quarteirão da Gualdim Pais (fig. 9). A *insula* das Carvalheiras continua habitada. Porém, a sudeste, num sector de escavação extenso como a zona de Fujacal apenas se regista um único exemplar, o que não deixa de ser surpreendente. De modo geral o mapa indica uma deslocação da área habitada no sentido norte e noroeste, configurando o que será a pequena cidade dos séculos VIII a XI.

No conjunto os mapas que acabámos de referir demonstram que a área urbana se manteve estável desde o Baixo Império e ao longo da Antiguidade Tardia, embora seja perceptível uma ligeira tendência para o material mais tardio, cerâmica focense e cinzenta tardia se concentrar na zona norte da cidade, ou seja na área vizinha do centro religioso, evidenciando o que supomos ter sido a criação de um novo pólo urbano.

## 8 Moedas e tesouros

A quantidade de achados monetários do Baixo Império e da Antiguidade Tardia é muito abundante. Não há, todavia, nenhum estudo exaustivo das dezenas de milhares de moedas já recolhidas nos diversos trabalhos arqueológicos. Destacam-se, pelo menos cinco tesouros monetários tardios, três dos

quais encontrados em escavações (Zabaleta Estévez 1999) (fig. 5). O primeiro a ser achado, somando cerca de 22 000 nunismas<sup>14</sup>, foi descoberto em 1892 na Rua Afonso Henriques, quando se realizaram obras no prédio n.º 86. As moedas estava numa talha e o achado foi noticiado, pela primeira vez, por Leite de Vasconcelos (1918, 357/358). Graças a trabalhos arqueológicos posteriores sabemos que o local do achado corresponde a uma das numerosas *insulae* da urbe romana, mais exactamente assim delimitada: a norte pelo extenso *decamanus* secundário que atravessava a cidade no sentido oeste-leste, parcialmente conservado na Rua Afonso Henriques; a sul pelo *decamanus* já detectado em dois pontos, na Rua Frei Caetano Brandão e no interior da Cerca do Seminário de Santiago (Lemos e Fontes 2003, 117-125); a oeste pelo *cardus*, cujo alinhamento se fecha na chamada Casa da Roda; o limite leste alinha-se pela extrema do Largo de S. João do Souto. Nesta *insula* nunca se realizaram escavações ou sondagens. O nível de circulação da época romana e da antiguidade tardia, conforme se apurou em sondagens recentes, efectuadas num prédio situado mais para oeste (2003)<sup>15</sup>, estaria cerca de um metro acima do actual pavimento da rua, pelo que o tesouro terá sido encontrado quando se revolveram esses sedimentos.

Outro tesouro foi achado no Largo Barão S. Martinho. De acordo com a descrição as moedas estavam num “vaso de barro” e o seu peso atingia 5 quilos. Esta descoberta pode ser associada com a entrada de Braga, onde desembocava a Via Nova.

Outros dois tesouros, de 611 e 818 moedas cada, foram encontrados, no âmbito de trabalhos arqueológicos, no antigo logradouro da Fábrica Cardoso da Saudade, ou seja numa *insula* cuja fachada principal se abria para o *decamanus maximus*.

O quarto tesouro, com 44 892 moedas, foi descoberto sob a soleira de uma das salas que abria para o peristilo da *insula* das Carvalheiras, edifício bem conhecido e estudado.

Embora seja a cidade do Noroeste Peninsular na qual já foram recolhidos mais tesouros tardios, o estudo de cada um deles está por fazer. Neste nosso artigo interessa-nos, em especial, sublinhar que a sua localização coincide com as

zonas noroeste e norte da cidade. Podemos admitir, com todas as cautelas, que nestes sectores da urbe, ocupados até ao século VII, se concentravam as famílias mais ricas.

No âmbito dos estudos das moedas de *Bracara*, destaca-se o trabalho realizado por Luís Amaral (no prelo), que estudou o material recolhido na *insula* das Carvalheiras e cujos resultados são muito interessantes. Entre as numerosas conclusões a que chegou, apontamos as seguintes. Para além do já citado tesouro, foram recolhidas 588 moedas romanas, sendo notória a abundância de moedas de meados do século IV, relacionadas com “repavimentações de ruas e espaços e reparações de muros” (Amaral, no prelo). Entre diversas observações salientamos o corte de uma conduta de água limpa, associável a moedas de 335-347, bem como o abandono da rua oeste, datado por Luís Amaral de uma fase posterior a 378-388. Aparentemente o saque de um dos muros da *insula* poderá ser inserido em finais do século IV (393-394).

Quanto ao espectro cronológico das moedas do Baixo Império encontram-se moedas de todos os monarcas desse período, de Diocleciano a Honório, incluindo exemplares da Tetrarquia, da Casa de Constantino (as mais abundantes), bem como dos imperadores subsequentes. Verifica-se que, no quadro do século IV, a maior concentração de numismas inscreve-se entre 336 e 361, destacando-se Constâncio II, a que se segue uma progressiva escassez até ao final da centúria.

Segundo Luís Amaral o quadro decorrente da análise das moedas das Carvalheiras tem paralelo no que se conhece noutras zonas do Império Romano, referindo, entre outros aspectos, que as oficinas orientais se encontram “razoavelmente” representadas.

Pela nossa parte limitamo-nos a sublinhar a analogia entre miliários e moedas, verificando-se que a finisterra bracarense manteve, pelo menos durante o século IV, uma estreita relação com o poder imperial e os principais centros de decisão. Seja no fluxo monetário, seja na manutenção a rede viária, o Noroeste Peninsular encontra-se perfeitamente integrado no Império.

## 9

## Processos de ruralização no interior da urbe

Até este momento o único local em que está documentada um processo deste tipo é na zona do Fujacal onde, na zona próxima da muralha, embora respeitando o *intervallum*, foi registado, sobre um nível revolvido, uma conduta de água sem habitações adjacentes. Vários metros a oeste situa-se um poço cisterna. Nesta área foram descobertas várias sepulturas, que correspondem aos primeiros enterramentos intra-muros <sup>16</sup>.

Embora os dados sejam menos evidentes há indícios de que um processo semelhante terá ocorrido na zona da *insula* das Carvalheiras, cujo abandono é datado do século VI. A *insula* das Carvalheiras situa-se no quadrante noroeste da cidade, enquanto que a zona do Fujacal se localiza no canto oposto, ou seja no extremo sudeste. Haverá que estudar o que ocorreu no faixa sul da cidade. Todavia, nesta zona ainda não se realizaram trabalhos arqueológicos extensivos, pois está ocupada pelo vasto logradouro do Convento da Imaculada Conceição. Quanto ao quadrante sudoeste pouco se poderá dizer devido às selváticas destruições perpetradas nos inícios da década de 90 do século XX. No entanto, a circunstância de não terem sido descobertas sepulturas tardias na necrópole da Rua dos Caires, aspecto que já referimos, talvez seja um indicador de que o processo de abandono desta área tenha sido dos mais precoces.

Nos que diz respeito aos quadrantes norte e nordeste persistiram ocupados durante a Alta Idade Média, conforme já sublinhámos.

## 10

A área envolvente de *Bracara Augusta*

No território próximo da cidade destacam-se vários locais emblemáticos da Antiguidade Tardia: Dume; São Frutuoso; S. Vítor e Santa Marta das Cortiças. Os dois primeiros situavam-se junto ao traçado da via *Bracara a Lucus*, no

vale do Cávado. O segundo junto ao caminho romano *Bracara-Asturica*, a oriente da urbe, no vale do rio Este. O último num relevo sobranceiro ao núcleo urbano, próximo do traçado da via de *Bracara* para *Emerita*. Situam-se, todos num raio que não excede 5 quilómetros em redor da cidade.

O primeiro tem sido estudado por Luís Fontes (1992; 1995), com excelentes resultados que permitiram estabelecer a história do sítio. Os vestígios mais antigos correspondem a uma *villa* edificada no Alto-Império, inserida na rede que rodeava *Bracara Augusta*. No século VI a *villa*, dá origem a uma basílica e a um convento. Regista-se, pois, em *Bracara*, um processo semelhante ao que ocorreu noutras cidades da *Hispania*, como em Tarragona, ou Mérida.

Até se estabelecer, em definitivo, a autoridade episcopal verifica-se uma dispersão de centros de actividade religiosa, distribuídos por vários locais, intra e extra muros.

Dentro de muros já dispomos de alguns dados sobre um local que corresponderá ao primeiro centro urbano de culto, o templo, dedicado a Santa Maria, que fica sob a actual Sé (Fontes et al. 1997/98).

Outros locais, extra-muros, antigas *villae*, por eventual preponderância dos seus proprietários cristãos, adquiriram funções religiosas, eventualmente através de baptisérios, em redor dos quais, ou junto dos quais, se edificaram basílicas.

Com as devidas reservas julgamos que terá havido ensaios de organizar a dispersão do culto, designadamente no século VI.

O percurso individual de S. Martinho, que primeiro edificou uma basílica próximo de Braga, adquirindo o estatuto de bispo e que depois da morte de Lucrécio, reuniu em si os dois bispados, o de Braga e de Dume, será talvez expressivo.

## 10.2

Embora S. Frutuoso seja um local de grande interesse científico pouco se sabe sobre a sua história. Terá sido uma *villa*, reaproveitada como espaço de culto, à semelhança de Dume? As recentes escavações levadas a cabo no exterior do Convento de S. Francisco, dirigidas por Luís Fontes, permitiram detectar os primeiros vestígios do *cenobium* do século VII. O mausoléu mandado edificar por S. Frutuoso obedece aos modelos itálicos. Os despojos deste bispo foram levados para Santiago de Compostela, no século XII (Ferreira 1928). O estudo do igreja e convento de S. Frutuoso exige um ambicioso projecto de estudos, de modo a ser possível adquirir novos conhecimentos sobre o séc. VII em Braga e no Noroeste. Projectos de menos relevância científica têm sido financiados pelo Ministério da Cultura e pela autarquia de Braga.

## 10.3

De acordo com a lenda S. Vítor terá sido um dos mártires da Galécia, morto no âmbito das perseguições desencadeadas por Diocleciano. Os elementos disponíveis indicam que no local onde hoje se ergue a igreja paroquial se conservam os restos de uma *villa* romana. Todavia, na ausência de trabalhos arqueológicos não podemos confirmar os achados referidos. Conhece-se, todavia, um pouco melhor a necrópole que ficava a sul da Igreja e do traçado do via entre *Bracara* e *Asturica*, por *Aquae Flaviae*. Nos anos 50, ao romper-se a actual Rua Martins Sarmento foram descobertas sepulturas de inumação, sem espólio (Pinto e Athaide 1957). Embora, inicialmente, os autores que a estudaram atribuissem a sua cronologia à Alta Idade Média, Avelino Jesus da Costa, situa os achados na Antiguidade Tardia. Há poucos anos, num contexto de emergência, realizaram-se trabalhos arqueológicos no logradouro de um edifício contíguo à supracitada rua, tendo sido possível exumar o que parece ser o pavimento de um mausoléu ou de um pequeno templo, datável dos sécs. IV-V (Lemos 2001, 9-38). Para além disso foram encontradas 4 sepulturas mais antigas, duas das quais do Alto Império, do século II, bem como 3 outras de inumação, abertas na rocha e sem qualquer espólio. O conjunto parece ser um espaço sepulcral relacionado com a *villa* que ficaria



a norte do caminho romano, sob os alicerces da actual igreja. Só através de trabalhos arqueológicos na zona da Igreja será possível saber se ainda se conservam ruínas do templo da Reconquista, que é possível deduzir do documento do séc. IX citado por Avelino Jesus da Costa "...eclesia Santa Victor..." (1997, 103), e de uma basílica. Se assim for estaríamos perante um processo análogo ao de Dume. A circunstância de Diogo Gelmirez se ter deslocado a este templo, a S. Victor, a fim de levar consigo relíquias, demonstra a sua importância como local de culto.

#### 10.4

O monte de Santa Marta das Cortiças dispõe-se no extremo ocidental de uma cumeada que separa as bacias do Ave e do Este, estendendo-se desde as nascentes do primeiro até à portela de Figueiredo. Possui uma extraordinária posição geo-estratégica. Do ponto mais alto controlavam-se todos os acessos a *Bracara Augusta*. Para nascente divisam-se cerca de seis milhas do traçado da Via XVII, desde a porta no Largo Carlos Amarante até às portela onde nasce o rio Este. Para nordeste domina todo o traçado da Via Nova, desde Braga até à portela de Santa Cruz, ou seja cerca de 14 milhas. Para Norte descobre-se o traçado da via *Bracara-Lucus*, pelo menos até ao Monte do Castelo ou do Barbudo, povoado fortificado estudado por Manuela Martins, mas com ocupação na Antiguidade Tardia, documentada por cerâmicas e pelo achado de um tesouro tardio, com moedas de Teodósio e Arcádio (383-408) (Martins 1990, 96).

Para ocidente, descortinam-se os traçados da *Via Per Loca Maritima*, até ao litoral (a desembocadura do Cávado é visível) e da Via *Bracara-Cale* no seu trajecto pela Veiga de Lomar, ou seja pelo menos cinco milhas do percurso.

Os trabalhos arqueológicos realizados na década de 70 do século XX descobriram um amplo edifício, cuja planta suscitou diversas interpretações. Nos anos 80 Manuela Martins dirigiu uma intervenção limitada, que embora pouco contribuisse para esclarecer a leitura do conjunto, permitiu identificar sucessivas ocupações que remontam à Idade do Bronze Final. Na mesma

década, por iniciativa da Direcção dos Serviços Regionais de Arqueologia procedeu-se ao desenho à escala 1:20 das estruturas descobertas nos primeiros trabalhos, iniciativa que se revelou providencial, já que inesperados trabalhos de alargamento da estrada de acesso destruíram parte do edificado.

Recentemente Manuel Real, por comparação entre a planta do conjunto de estruturas de do conjunto palatino de Recópolis (próximo de Toledo), onde esteve instalada a corte visigótica, com a planta do edificado de Santa Marta das Cortiças, sugere que o mesmo corresponde ao palácio dos reis suevos (Real 2000).

A coincidência entre a importância geo-estratégica do relevo, que já destacámos, e o modelo do edificado tardio aí implantado é, efectivamente, muito sugestiva.

Por outro lado, é interessante observar que Santa Marta, *Bracara* e Dume se inserem num mesmo alinhamento, sudeste-noroeste (fig. 10). Tal como é curioso que entre os três locais se registre intervisibilidade total. Ou seja de *Bracara* avista-se para sudeste Santa Marta e para noroeste, Dume. Por sua vez de Santa Marta divisa-se para noroeste *Bracara* e Dume, sucessivamente. De Dume, distingue-se com nitidez, *Bracara* e Santa Marta.

## 11 Considerações finais

A imagem urbana de *Bracara Augusta*, no século IV, foi marcada pela edificação da grande muralha que a delimitava e defendia, bem como pela remodelação de numerosas *insulae*. Nos séculos V e VI a urbe mantém a sua extensão, mas, na sua área envolvente, destacam-se pelo menos dois locais emblemáticos e simbólicos: a norte, dominando a urbe, erguia-se o palácio que poderá ter sido habitado pela corte sueva. A sul, próximo do Cávado, situava-se um importante pólo religioso, a basílica e convento de Dume. No século VI notam-se os primeiros indícios de decadência, com o possível abandono de zonas urbanas.

No séc. VIII no contexto das incursões muçulmanas verifica-se uma redução dramática do perímetro da cidade.

Estas conclusões genéricas poderiam ser extensivas a outras cidades.

Neste texto, pretendemos, somente, mostrar a riqueza de dados para o estudo de Braga do século IV e da Antiguidade Tardia.

## Notas

<sup>1</sup> Ver por exemplo a narrativa de José Mattoso, na sua História de Portugal.

<sup>2</sup> O culto das relíquias constitui um dos aspectos mais curiosos e fascinantes da História do Cristianismo.

<sup>3</sup> Miliários recolhidos em Braga, no Museu de D. Diogo de Sousa, pelos Arcebispos e cuja proveniência se desconhece.

<sup>4</sup> Filho de Constantino I.

<sup>5</sup> Filho de Constantino I.

<sup>6</sup> Irmão de Valentiniano I.

<sup>7</sup> Irmão de Magnêncio.

<sup>8</sup> As últimas campanhas nesta *insula* foram dirigidas pelo autor deste artigo, em 1995.

<sup>9</sup> Trabalhos arqueológicos dirigidos por José Manuel Freitas Leite. Dados inéditos.

<sup>10</sup> Escavações em curso (2004) junto à Catedral, na Rua de D. Diogo de Sousa, confirmam esta asserção e vai ser possível determinar a largura deste caminho extra-muros.

<sup>11</sup> Dados inéditos. Intervenção realizada pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.

<sup>12</sup> Por desvario de entidades da Câmara Municipal de Braga metade da necrópole foi destruída. No texto citado calcula-se que na zona da Cangosta da Palha se conservavam três centenas de sepulturas.

<sup>13</sup> Recomendamos, vivamente a leitura do artigo de Rui Morais, que amavelmente nos enviou para consulta, antes mesmo de publicado.

<sup>14</sup> Referimos o número das moedas recolhidas no Museu de D. Diogo de Sousa, mas sabemos que o tesouro seria maior, de acordo com informações do proprietário.

<sup>15</sup> Trabalhos arqueológicos inéditos.

<sup>16</sup> Dados inéditos; constam dos relatórios das escavações.

## Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1988). *Roman Portugal*, 2, Warminster, Aris & Philips.
- (1995-96). As *Civitates* do Norte de Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, II série, 12-13, Braga, pp. 25-30.
  - (1996). Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre-Douro e Minho, in S. Reboreda Morillo, P. López Barja (eds), *A Cidade e o Mundo: Romanización e Cambio Social*, Xinzo de Limia, Concello de Xinzo de Limia, pp. 167-179.
  - (1998). As cidades capitais do norte de Portugal na época romana, in A. Rodríguez Colmenero (Coord.): *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico*, Diputación Provincial, Lugo, pp. 429-437.
  - (1999). *Conimbriga. O chão escutado*. Edicarte, Lisboa.
- ALMEIDA, C. A. B. (1990). *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima, Viana do Castelo*, Centro de Estudos Regionais (Estudos Regionais 7/8).
- (1996). *Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho*, Porto, Faculdade de Letras do Porto (diss. de doutoramento policopiada).
- ALVES, F. M. (1934). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 9, Porto.
- AMARAL, Luís M. Coutinho Gomes (no prelo). As moedas das Carvalheiras. Contributo para o estudo da circulação monetária em Bracara Augusta. Dissertação de Mestrado inédita.
- AMARAL, P. (1993). *O povoamento romano no vale superior do Tâmega*, Porto, Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado).
- (1999). Ocupação e organização do território em torno de *Aquae Flaviae*, *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Porto, Escola Profissional de Arqueologia, IPPAR, pp. 109-113.
- BERNARDES, João Pedro (2002). *Civitas Colliponenses*. Dissertação de Doutoramento policopiada. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- BLOT, M. L. B. H. Pinheiro ( 2003). *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-Marítimas em Portugal*, Trabalhos de Arqueologia, 28, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- CAPELA, M. (1987). Miliários do *Conventus Bracaraugustanus* em Portugal, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2.<sup>a</sup> Edição.
- CAMERON, Averil (2001). *El Bajo Imperio Romano (284-430 d.C)*, Ed. Encuentro, Madrid.
- CENTENO, R. (1987). *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*, ed. Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto, 297 p.
- CARDOSO, José (1999). *Egéria. Peregrinação as Lugares Santos do Médio Oriente (do ano 381 ao ano 384)*. APPACDM Distrital de Braga, Braga.
- CARDOSO, MÁRIO (1972). *Catálogo do Museu de Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*. Guimarães.
- CHEVALIER, R. (1997). *Les Voies Romaines*, Éditions du Picard, Paris.
- COSTA, Avelino Jesus da (1997). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, I, Braga, 2.<sup>a</sup> ed., Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 342 p.
- DELGADO, M. (1984). Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, *Lucerna*, Porto, pp. 179-196.
- DELGADO, M. (1985). Marcas de oficinas de *sigillatas* encontradas em Braga, I, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, pp. 9-40.
- DELGADO, M. (1987). Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, Braga, pp. 187-199.
- DELGADO, M. (1988). Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 35-49.
- DELGADO, M. e GASPAR, A. (1986). Intervenção arqueológica na Zona P1

- (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, pp. 151-167.
- DELGADO, M.; F. S. Lemos e M. Martins (1987). Escavações de emergência na necrópole romana da Cangosta da Palha, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, Braga, pp. 179-186.
- DELGADO, M. e MARTINS, M. (1988). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 79-93.
- DIAS, L. A (1997). *Tongobriga*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, Porto.
- (1999). A urbanização do Noroeste peninsular: o caso de Tongobriga, in *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Porto, Escola Profissional de Arqueologia, IPPAR, pp. 77-107.
- DINIS, A. P. (1993). *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a.C.*, Faculdade de Letras do Porto (Dissertação de Mestrado).
- FERNÁNDEZ OCHOA (1997). *La Muralla Romana de Gijón (Asturias)*, Electa, Gijón.
- FONTES, L. (1999). O Reino Suevo e o papel da Igreja na Reorganização do território, *A História no Eixo Atlântico*, ed. Xojé Manuel Souto González, Vigo, pp. 131-143.
- FONTES, L.; F. Sande Lemos e Mário Cruz (1997/98). “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, II, 14-15, Braga, pp. 137-164.
- GASPAR, A. (1985). Escavações arqueológicas na Rua de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 51-125.
- (2001). *Contribuição para o Estudo das Cerâmicas Cinzentas dos séculos V-VI d. C. de Braga*, Dissertação de Mestrado, policopiada, Universidade do Minho, Braga, 167 p.
- JOHNSON, Stephen (1983). *Late Roman Fortifications*, Barnes & Noble, Totowa, New Jersey.

- HÜBNER, E. (1869). *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim.
- (1899). *Aditamenta Nova ad Corpus* Vol. II, EE. VIII, Berlim.
- LEMOS, F. S. (1988). Sondagens na *Villa* da Granjinha (Chaves), *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 5, Braga, pp. 155-181.
- (1993). Povoamento romano de Trás-o-Montes Oriental, Braga, Universidade do Minho (Dissertação de Doutoramento), Braga.
  - (1995). *Bracara Augusta*: recuperação da memória urbana, *Forum*, 17, Braga, pp. 63-84.
  - (1995). Zoelas e *Civitas Zoelarum*: uma unidade étnica no quadro da romanização do Noroeste, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35, 1-2, Porto, Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 1993, vol. 6, pp. 295-306.
  - (1999). O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*, *Forum*, 25, pp. 81-94.
  - (2001). Arredores de *Bracara Augusta* – escavações arqueológicas na necrópole de S. Vítor, no contexto da via romana para *Aquae Flaviae*, *Forum*, 29, Braga, pp. 9-38.
  - (2002). *Bracara Augusta* – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular, *Forum*, 31, pp. 95-128.
- LEMOS, F. S. e FONTES, Luís (2003). Intervenções em *Bracara Augusta*: sondagens na Cerca do Seminário de Santiago e na Rua Paio Mendes, in *Actas do IV Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (2000)*, Amadora, pp. 117 –125.
- LEMOS, F. S. e LEITE, J. M. F. (2000). Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas, *Forum*, 27, Braga, pp.15-38.
- LEMOS, F. S.; M. Delgado e M. Martins (1988). Sondagens arqueológicas no Largo do Paço, Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 69-78.
- LEMOS, F. S.; FONTES, L.; LEITE, J. M. F. (2002). A Muralha de *Bracara Augusta* e a Cerca Medieval de Braga, *Actas do Simpósio Internacional Sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península*

*Ibérica (500-1500)* (Palmela, 3 a 8 de Abril de 2000), Câmara Municipal de Palmela e Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 121-132.

- LEMOS, F. S.; MARTINS, M.; FONTES, L.; LEITE, J. M. F; CUNHA, A. (2002a) – A muralha de *Bracara Augusta*, *I Colóquio de Arqueología Militar en Hispania, Anejos de Gladius*, 5, Madrid, pp. 209-234.
- LEMOS, F. S., M. Martins, M. Delgado (1995). À descoberta de *Bracara Augusta*: um projecto de Arqueologia urbana no Norte de Portugal, *Forum*, 17, Braga, pp. 53-60.
- MACIEL, M. Justino (1996). *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Ed. autor, Lisboa.
- MACIEL, T. (1997). *Padrões de povoamento proto-histórico no vale do Neiva*, Porto, Faculdade de Letras, Dissertação de Mestrado.
- MARQUES, José (1986). O Castelo de Braga (1350-1450), *Minia*, II, 8, Braga, pp. 5-34.
- MARTINS, M. (1990). O povoamento proto-histórico e a Romanização da bacia do curso médio do Cávado. *Cadernos de Arqueologia. Monografias*, 5, Braga.
- MARTINS, M. (1991-92). *Bracara Augusta*: a memória de uma cidade, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8/9, Braga, pp. 177-197.
- MARTINS, M. (1992-93). História e Memória de *Bracara Augusta*: um difícil diálogo passado-presente, *Forum*, 12-13, Braga, pp. 3-16.
- MARTINS, M. (1995). A cidade como elemento romanizador: o exemplo de *Bracara Augusta*, *A Cidade e o mundo: Romanización e cambio Social*, 73.º Curso de Verán, Universidade de Vigo, pp.183-202.
- MARTINS, M (2000). *Bracara Augusta – Cidade Romana*, Fundação *Bracara Augusta*, Braga.
- MARTINS, M (2000a). *As Termas Romanas do Alto da Cividade*, Fundação *Bracara Augusta*, Braga.
- MARTINS, M (2000b). *A Insula das Carvalheiras*, Fundação *Bracara Augusta*, Braga.



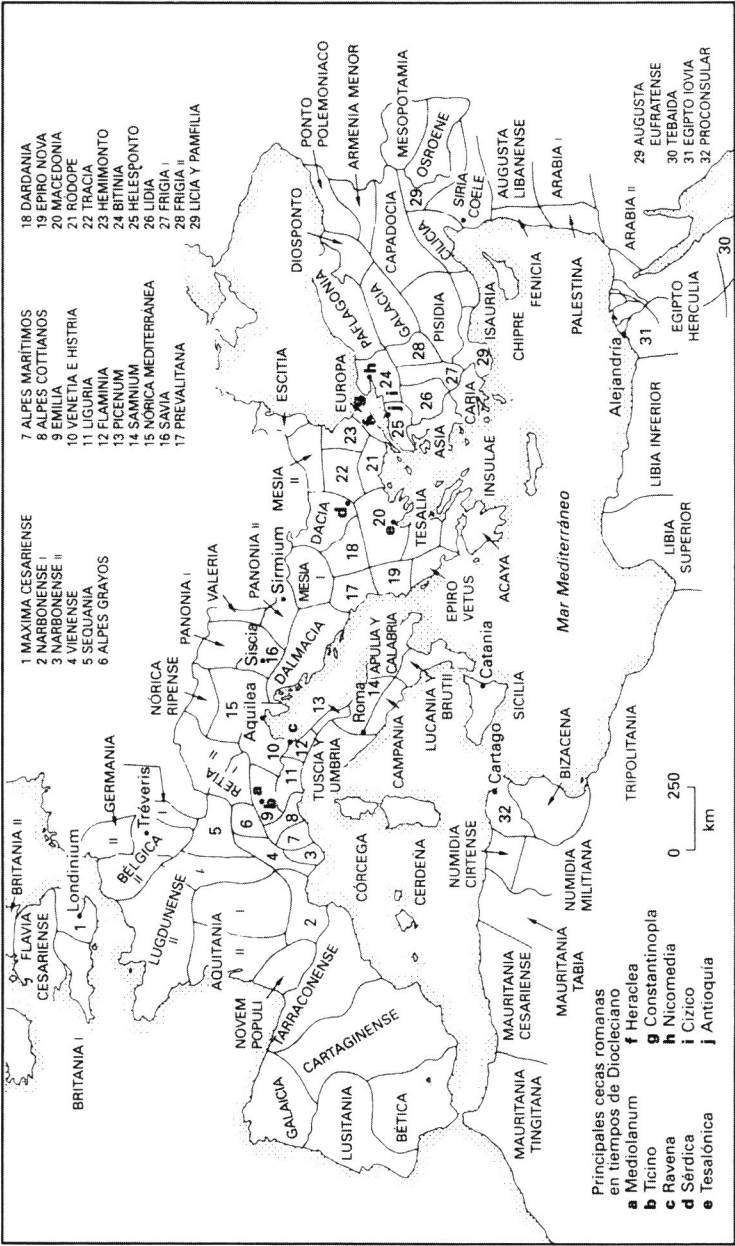
- MARTINS, M. e M. Delgado (1989-90). As necrópoles de *Bracara Augusta*: os achados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Braga, pp. 41-186.
- MARTINS, M. e M. Delgado (1989-90a). História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 6/7, Braga, pp. 11-38.
- MARTINS, M. e DELGADO, M (1995). *Bracara Augusta*: uma cidade na periferia do Império, *Actas do Colóquio Internacional de Arqueologia "Los finisterres atlanticos en la antigüedad (época preromana y romana)"*, Julho 1995, Gijon, pp. 121-128.
- MARTINS, M., M. Delgado, J. Alarcão (1994a). Dezasseis anos de Arqueologia Urbana em Braga. Problemática da reconstituição de uma cidade romana, *Bracara Augusta*, XLV, 97 (110), Braga, pp. 71-85.
- MARTINS, M., M. Delgado e J. Alarcão (1994b). Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*: Balanço dos resultados, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIV (1-2), Porto, pp. 303-319.
- MARTINS, M. e LEMOS, F. Sande (1998). O Projecto de Salvamento e Estudo de *Bracara Augusta*, *Forum*, 23, Braga, pp. 117-143.
- MARTINS, M. e LEMOS, F. Sande (1997/1998). Duas décadas de vida de um projecto: o Salvamento de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 14-15, Braga, pp. 9-21.
- MARTINS, M., F. Sande Lemos, M. Delgado, A. Cunha (1996). *Bracara Augusta*, capital da *Gallaecia* meridional: história, urbanismo e arquitectura, *Congresso Internacional "Los Orígenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico"*, Lugo, pp. 375-749.
- MORAIS, R. (1998). *As ânforas da zona das Carvalheiras*, *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, 8, Braga.
- (1997/1998a). Importações de cerâmicas finas em *Bracara Avgvsta*: da fundação até à época flávia, *Cadernos de Arqueologia*, II, 14-15, Braga, pp. 47-135.
  - (1997/1998b). Estudo de duas lucernas vidradas da época romana encontradas em *Bracara Avgvsta*, *Cadernos de Arqueologia*, II, 14-15, Braga, pp. 165-173.

- (2004). De *Oppidum* a *Dives Bracara*: O Comércio da Cidade através das Ânforas (no prelo).
- MATEOS CRUZ, P. e ALBA CALZADO (2000). De Emerita Augusta a Marida, *Visigodos y Omeyas, Un debate entre La Antigüedad Tardía*. *Archivo Español de Arqueología, Anejos*, XXIII, pp. 143-168.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. (1986). El comercio marítimo en el N.O. durante época romana, a través de las ánforas, *Revista de Arqueología*, 57, pp. 40-45.
- (1991). *El comercio antiguo en el NW Peninsular*, Museu Arqueológico, A Coruña.
- PÉREZ LOSADA, F. (1995). Arqueoloxía e Arte no mundo rural: hábitat e arquitectura das *villae* galaicorromanas, in Pérez Losada, F.; Castro Pérez (Eds.), *Arqueoloxía e Arte na Galicia Prehistórica e Romana*, Museo Arqueológico, A Coruña, pp. 165-188.
- (1996). Hacia una definición de los asentamientos rurales en la Gallaecia: poblados (*vici*) y casas de campo (*villae*), *Los Finisterres atlánticos en la Antigüedad*, Gijón, pp. 189-197.
- (1998). Cidades e aldeias na Galiza romana. Uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano, *O Arqueólogo Português, Série IV*, 16, pp. 157-174.
- (2002). *Entre a Cidade e a Aldeia. Estudo arqueohistórico dos “aglomerados secundários” romanos en Galicia*, Brigantium, 13, A Coruña.
- PÉREZ LOSADA, F.; ACUÑA PIÑEIRO, A. (1998). Tude (Tui, Pontevedra): un núcleo urbano secundario na Galicia romana, in Rodríguez Colmenero, A. (Coord.), *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico*, Diputación Provincial, Lugo, pp. 871-890.
- PINTO, Sérgio da Silva e ATHAÍDE, Alfredo de (1957). A necrópole de S. Vitor – Braga (séc. IX-X), *Bracara Augusta*, 8, n.º 1-2 (35-36), Braga, pp. 106-118.
- REAL, M. (2000). Portugal: Cultura Visigoda e Cultura Moçárabe, *Visigodos y Omeyas, Un debate entre La Antigüedad Tardía*. *Archivo Español de Arqueología, Anejos*, XXIII, pp. 21-75.

- RIVAS FÉRNANDEZ, J. C. (1974). Addenda al catálogo y estudio de los miliarios orensanos, *Boletín Auriense*, IV, pp. 91-146.
- (1975). Addenda al catálogo y estudio de los miliarios orensanos. II. Los Miliarios de “Portela de Home” y otros dos en el tramo intermansional Geminas-Salientibus. *Boletín Auriense*, V, pp. 127-142.
- RODRIGUES, Miquel C. L. B. ; ALFENIM, R. A.E. e LEBRE, Anabela (1990). Escavações arqueológicas de emergência no cruzeiro do transepto da Sé de Braga, Notícia Preliminar. *Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*. 1, Faculdade de Teologia – Cabido de Braga, Braga, pp. 173-188.
- RODRIGUEZ COLMENERO, A. (ed.) (1995). *Urbs Romana. Los orígenes de le ciudad de Lugo*, Lugo, 187 p.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. e ALCORTA IRASTORZA, E. (1998). *Aquae Flaviae*, cidade romana. Balance e possibilidades, in Rodríguez Colmenero, A. (Coord.), *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico*, Diputación Provincial, Lugo, pp. 779-806.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S; HERVES RAIGOSO, F.M. (1998). El complejo arqueológico romano de *Aquis Querquennis*, Porto Quintela, Ourense, in Rodríguez Colmenero, A. (Coord.), *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico*, Diputación Provincial, Lugo, pp. 891-910.
- SEVILLANO FUERTES, A. e VIDAL ENCINAS, J. M. (2002). *Urbs Magnifica. Una Aproximación à la Arqueología de Astúrica Augusta (Astorga, Léon)*. Museo Romano (Guia-Catálogo). Ayuntamiento de Astorga e Caja de España. Astorga.
- SILVA, Armando Coelho da (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste Português*. Ed. Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- (1995). A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no noroeste de Portugal durante o I.º milénio a.C., *Revista da Faculdade de Letras*, II série, 12, Porto, pp. 505-546.
- (1999). A ocupação do território do Noroeste Peninsular aquando da chegada dos romanos, *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desen-*

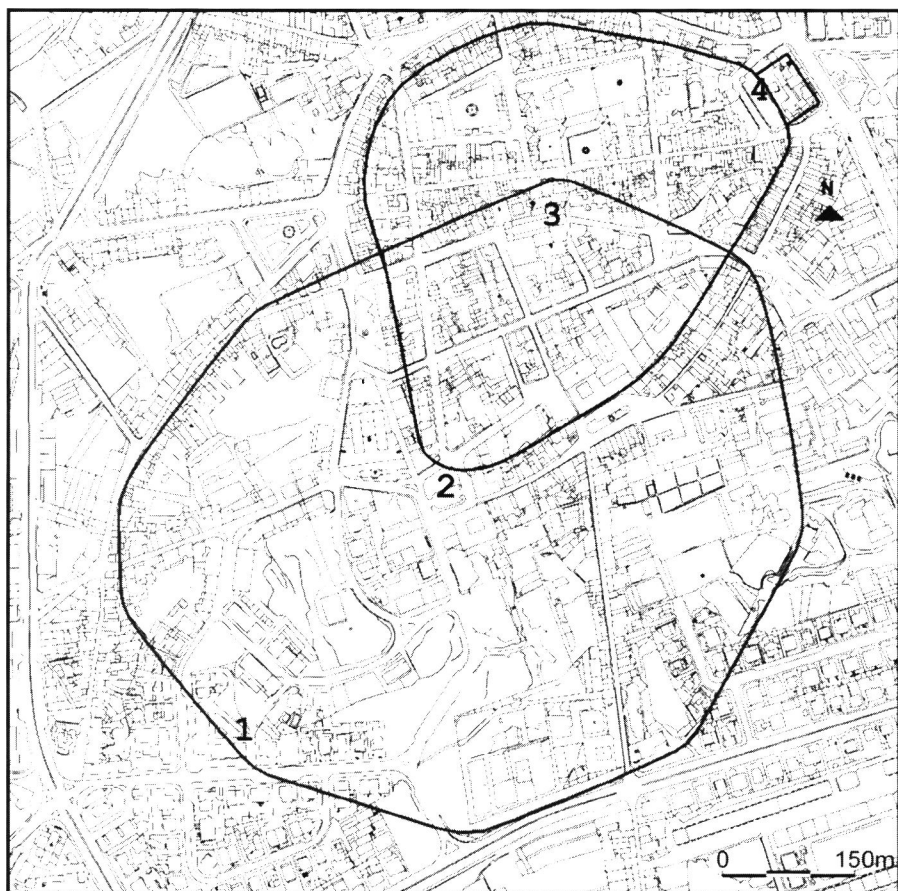
- volvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Porto, Escola Profissional de Arqueologia, IPPAR, pp. 39-52.
- (2000). Proto-História e Romanização do Porto, *Al-madan*, 2.<sup>a</sup> série, 9, Almada, pp. 94-103.
- SILVA, Paula Araújo Pereira da (2002). As termas romanas de Bracara Augusta, FAUP Publicações, Porto.
- SOLANA SAÍNZ, José Maria e SAN EUSTAQUIO, Luís Sagrado (1997). La política edilicia viária imperial em la Hispania del S. IV d. C., *Congreso Internacional de La Hispania de Teodosio*, Vol. 1, pp. 255-274.
- TAINTER, J. A. (1988). *The Collapse of Complex Societies*, Cambridge University Press.
- TRANOY, Alain (1981). *La Galice Romaine*, Diffusion du Boccard ed., Paris.
- (1995/96). La route, image et instrument du pouvoir impérial dans le nord-ouest ibérique, *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 12-13, UM, Braga, pp. 31-37.
- TRANOY, A. e LE ROUX, P. (1989/90). As necrópoles de Bracara Augusta – Les Inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 6-7, Braga, pp. 183-226.
- VASCONCELOS, Leite de (1918). Coisas Velhas. *O Archeologo Português*, 23, Lisboa, pp. 356-359.
- VICKERT, L. (1933). De nonnullis miliaris Bracarensibus, *Número Especial da Revista de Guimarães de Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, pp. 443-443.
- XUSTO RODRÍGUEZ, M. (1998). O núcleo urbano de Xinzo e as súas orixes romanas, in Rodríguez Colmenero, A. (Coord.), *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico*, Diputación Provincial, Lugo, pp. 1291-1304.
- ZABALETA ESTÉVEZ, Mar (1999). Breve síntese sobre o estudo das moedas de *Bracara Augusta* – as moedas das Termas do Alto da Cividade, *Forum*, 26, Braga, pp. 80-85.

Figura 1



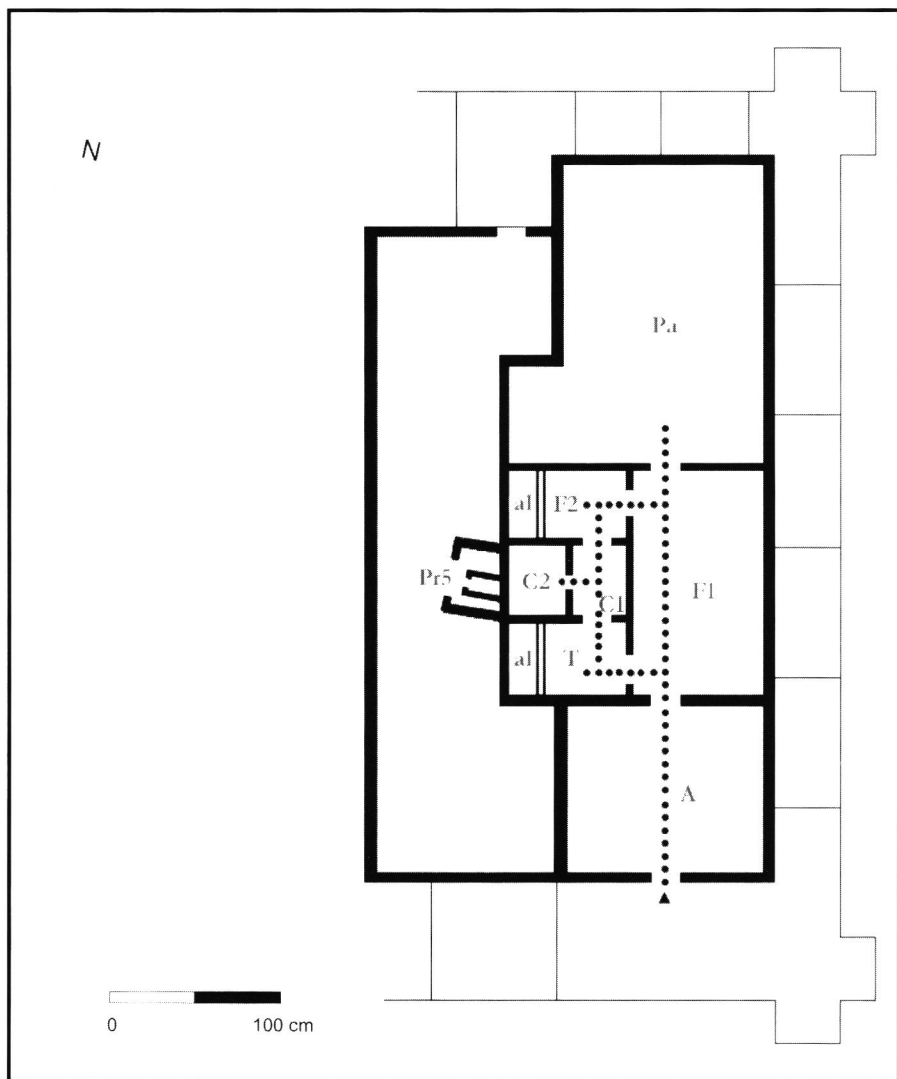
A província da *Callaecia*, no quadro da nova divisão administrativa do Império, estabelecida pelo Imperador Diocleciano. Com base em mapa do livro de Averil Cameron, *El Mundo Mediterráneo en la Antigüedad Tardía (395-600)*. Ed. Crítica Arqueología.

Figura 2



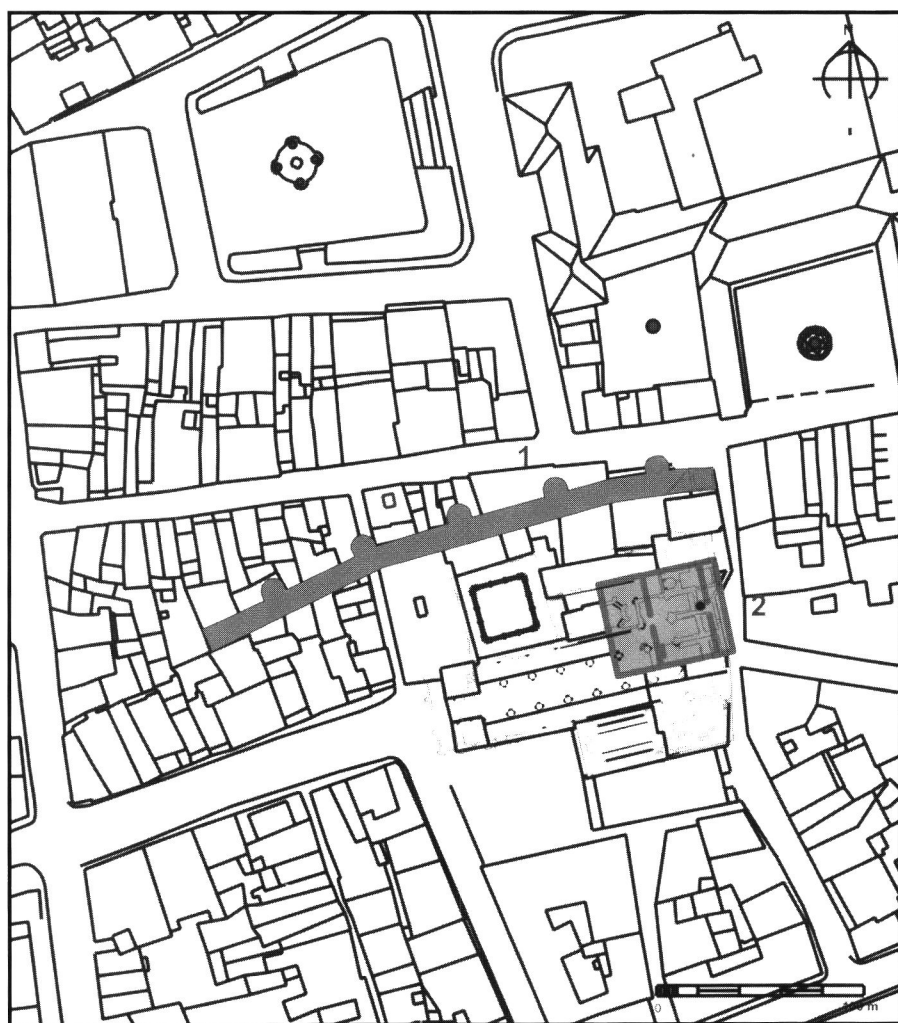
*Bracara Augusta*: relação entre a muralha do Baixo-Império (1) e a Cerca Medieval (4), entre o Forum (2) e a Catedral (3).

Figura 3



Planta da remodelação do edifício termal do Alto da Cidade (fase IV – Baixo Império).

Figura 4



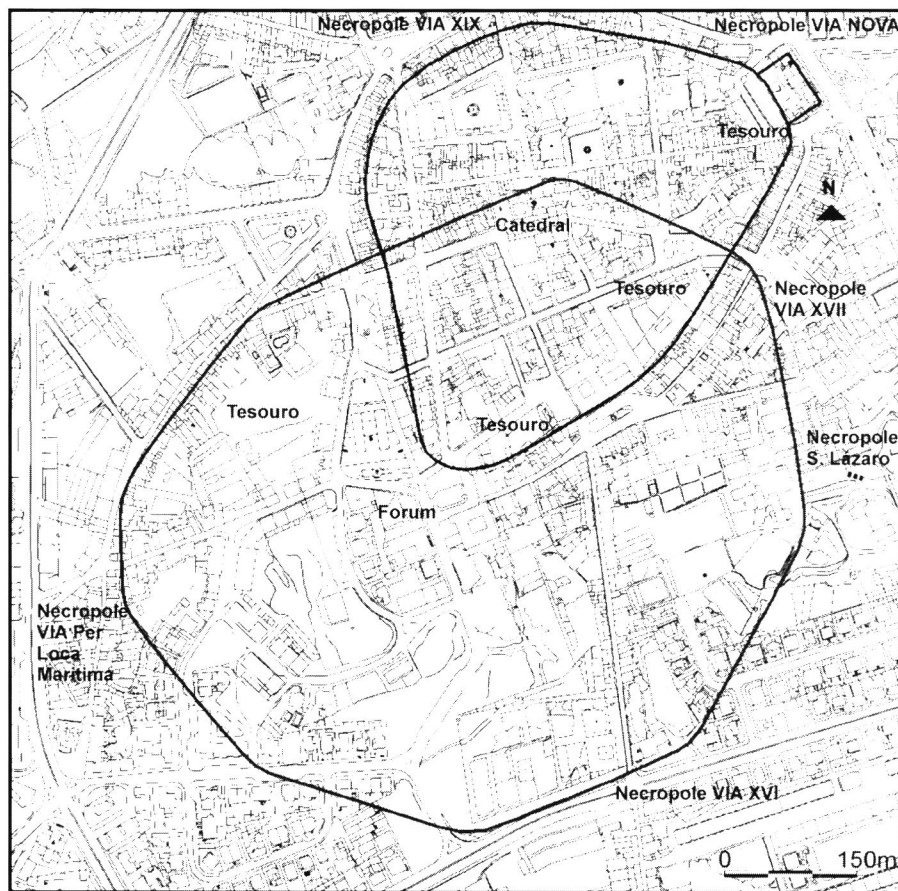
1 – Muralha

2 – Templo

*Bracara Augusta*: relação espacial entre a muralha do Baixo Império (1), o templo paleo-cristão (2) e a Sé Catedral.

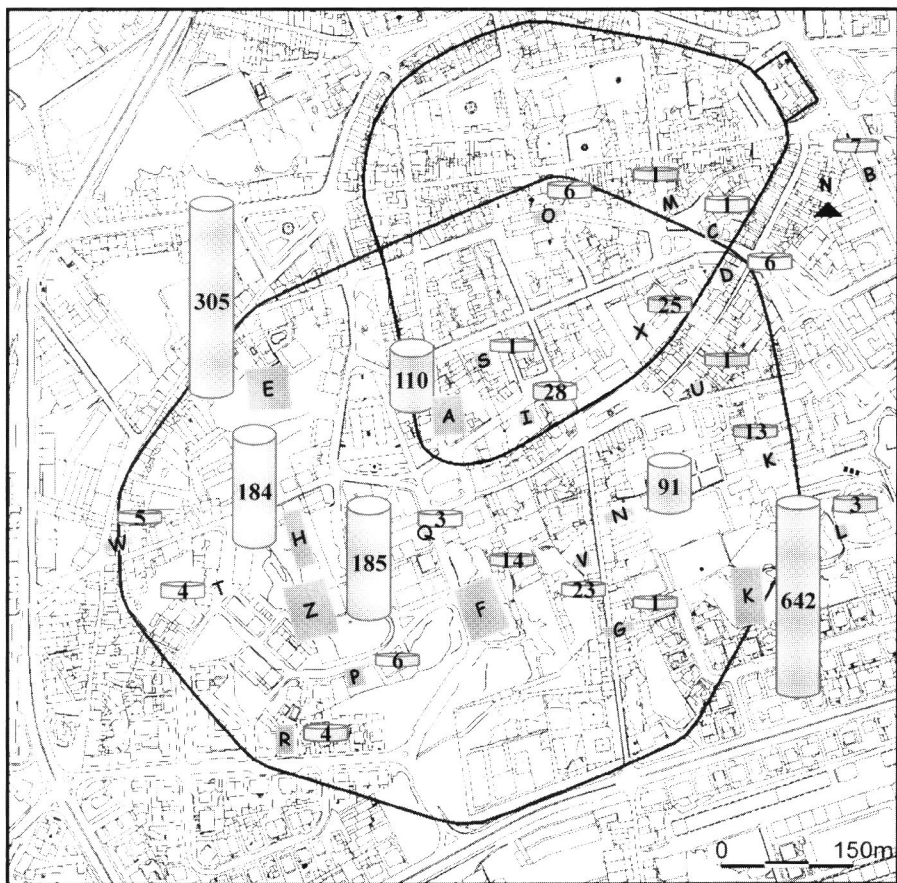


Figura 5



Bracara Augusta: distribuição das necrópoles e dos tesouros monetários do Baixo Império.

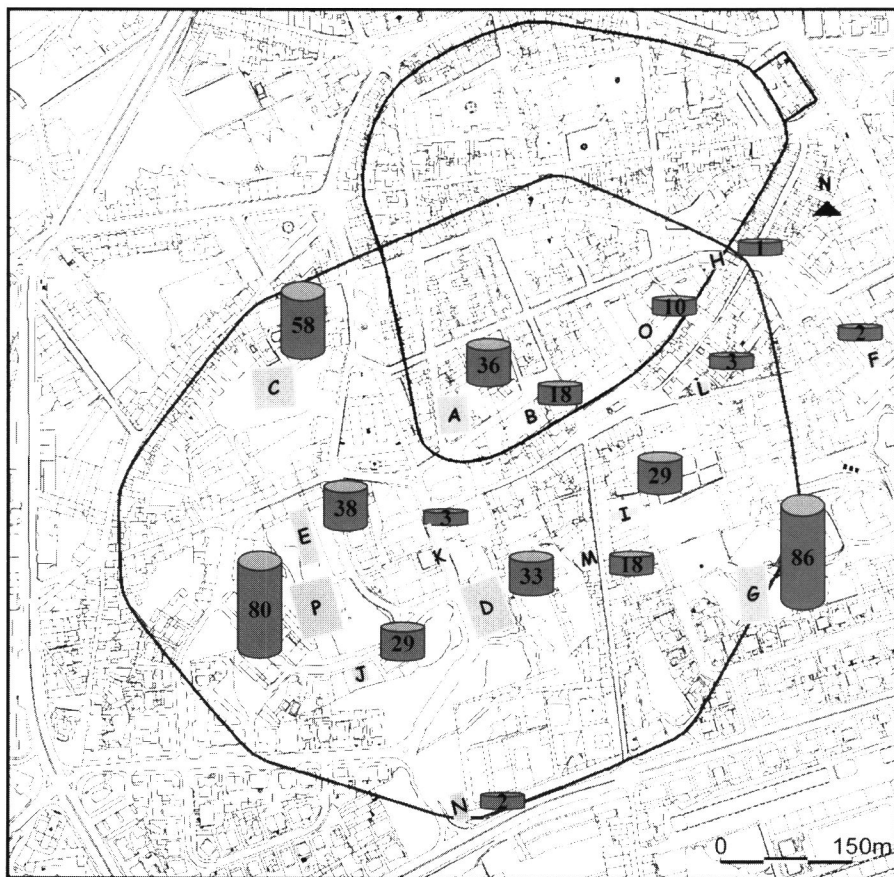
Figura 6



- |                                |                                     |                                   |
|--------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| A – Albergue                   | J – Fujacal                         | R – R. Comendador Santos da Cunha |
| B – Cangosta da Palha          | K – Hospital                        | S – R. D. Afonso Henriques        |
| C – Capela dos Coimbras        | L – Jardim da Misericórdia          | T – R. Damião de Gois             |
| D – Cardoso da Saudade         | M – Largo S. João de Souto          | U – R. do Anjo                    |
| E – Carvalheiras               | N – Misericórdia (S. Geraldo 43-51) | V – R. S. Geraldo (n.º 34)        |
| F – Cavalariças                | O – N.ª Sr.ª do Leite               | W – R. S. Sebastião               |
| G – Colégio da Sagrada Família | P – Praia das Sapatas               | X – Seminário de Santiago         |
| H – Colina da Cividade         | Q – R. Bombeiros Voluntários        | Z – Termas                        |
| I – Edif. Cardoso da Saudade   |                                     |                                   |

*Bracara Augusta*: distribuição da Terra Sigillata Hispanica Tardia.

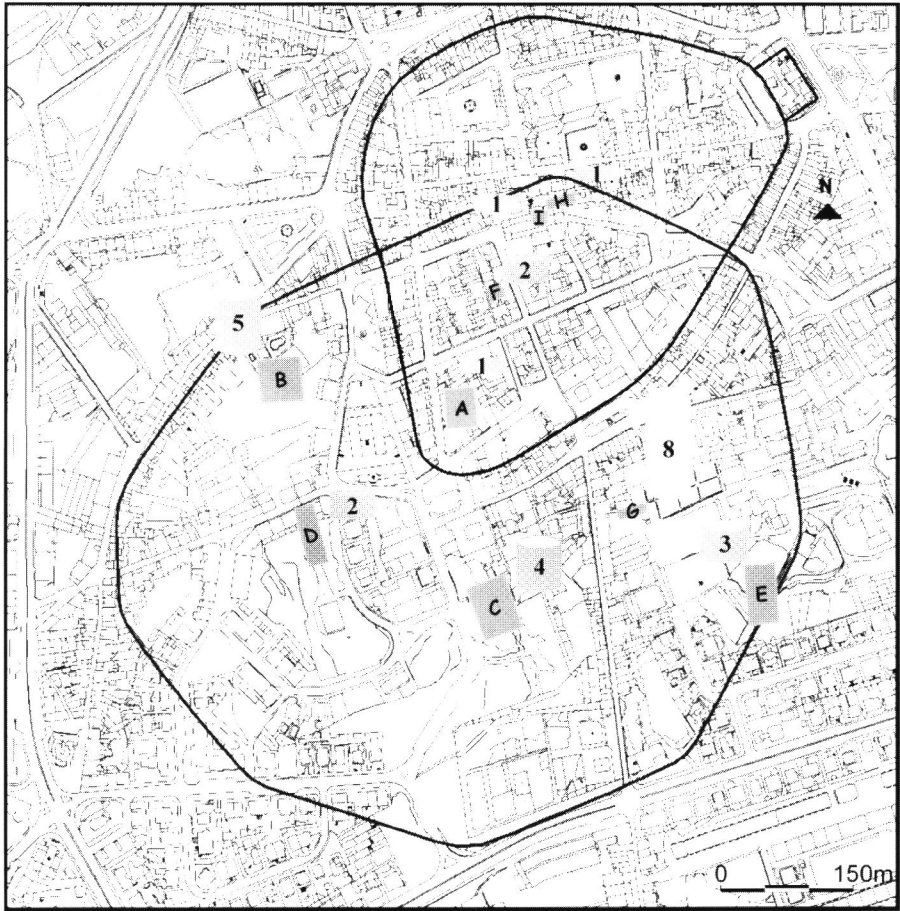
Figura 7



- |                         |                              |
|-------------------------|------------------------------|
| A – Albergue            | I – Misericórdia             |
| B – Cardoso da Saudade  | J – Praia das Sapatas        |
| C – Carvalheiras        | K – R. Bombeiros Voluntários |
| D – Cavaliças           | L – R. do Anjo               |
| E – Colina da Cidade    | M – R. S. Geraldo            |
| F – Fonte do Ídolo      | N – Regeneração              |
| G – Fujacal             | O – Seminário de Santiago    |
| H – Largo de Santa Cruz | P – Termas                   |

*Bracara Augusta*: distribuição da Cerâmica de Produção Africana.

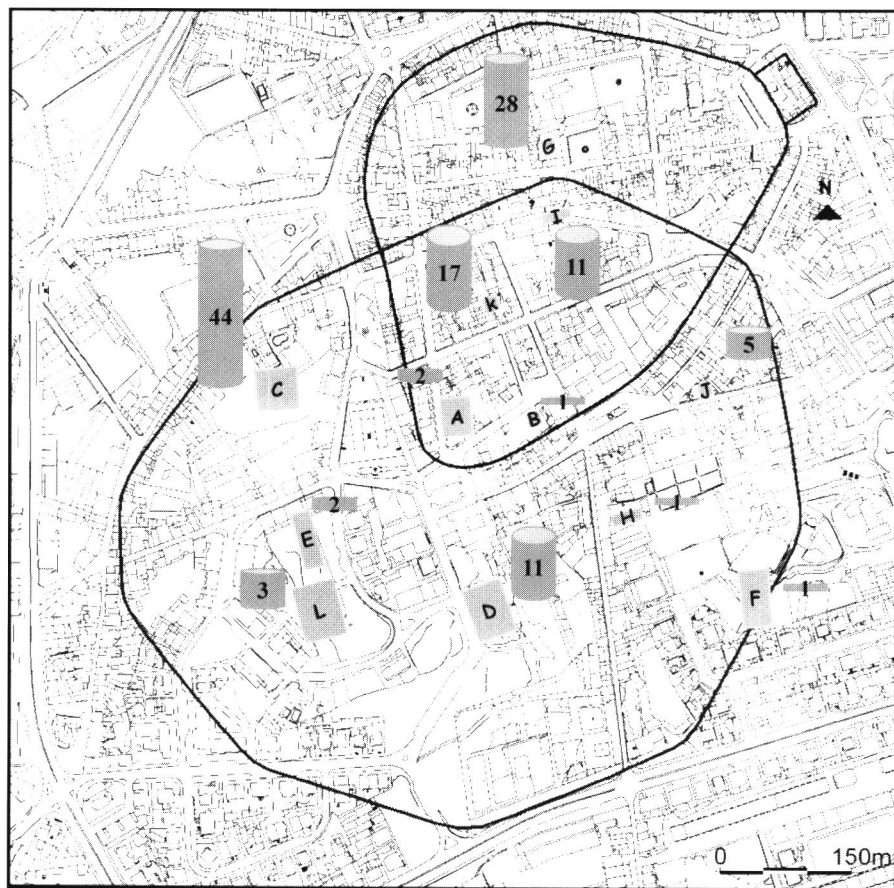
Figura 8



- |                      |  |
|----------------------|--|
| A – Albergue         | F – Gualdim Pais                       |
| B – Carvalheiras     | G – Misericórdia<br>(S. Geraldo 43-51) |
| C – Cavalariças      | H – N.ª Sr.ª do Leite                  |
| D – Colina da Cidade | I – Sé                                 |
| E – Fujacal          |  |

*Bracara Augusta*: distribuição da Cerâmica Focense.

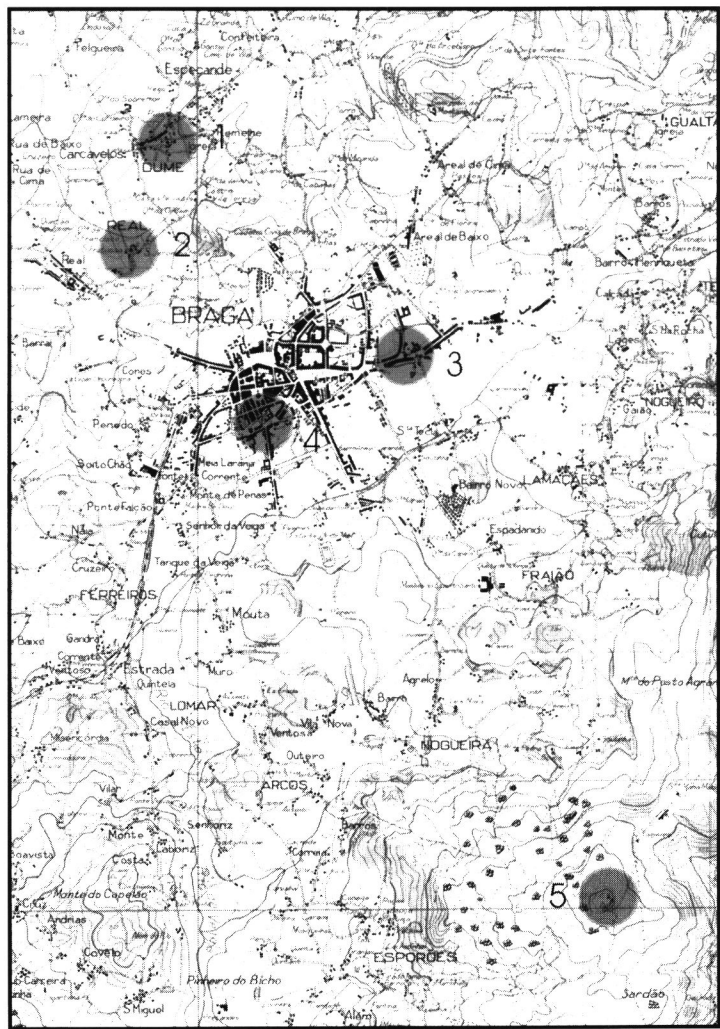
Figura 9



- |                        |                       |
|------------------------|-----------------------|
| A – Albergue           | G – Largo do Paço     |
| B – Cardoso da Saudade | H – Misericórdia      |
| C – Carvalheiras       | I – N.ª Sr.ª do Leite |
| D – Cavalariças        | J – R. do Anjo        |
| E – Colina da Cividade | K – R. Gualdim Pais   |
| F – Fujacal            | L – Termas            |

*Bracara Augusta*: distribuição da Cerâmica Cinzenta Tardia.

Figura 10



0.5 0 1 2Km

- 1 – Igreja de Dume
- 2 – Igreja de S. Frutuoso
- 3 – Igreja de S. Vitor
- 4 – Igreja da Cidade
- 5 – Igreja de S.<sup>ta</sup> Marta

Localização de Dume (1), de S. Frutuoso (2), de S. Victor (3), do Alto da Cidade (4) e de Santa Marta das Cortiças (Falperra) (5).